

Economia em Debate

nº 226

(08/12/2017)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Mercado vê chances menores de aprovação da reforma da Previdência

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

As dificuldades do governo em aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano desanimaram o mercado financeiro nesta quinta-feira, 7, levando o Ibovespa (principal índice da Bolsa brasileira) a recuar 1,07%, para 72.487 pontos. A queda chegou a 2,6% durante a manhã, mas notícias externas, sobretudo as altas dos preços do petróleo e das bolsas de Nova York, amenizaram as perdas. Segundo analistas, tanto a Bolsa como o câmbio (o dólar subiu 1,7%, a R\$ 3,288) continuarão voláteis enquanto não houver uma definição sobre a reforma.

Inversão. A semana havia começado com a Bolsa em alta e o dólar em queda após o encontro, no último domingo, 3, em que o presidente Michel Temer propôs um pacto com parlamentares para aprovar a proposta. Para Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos, porém, o otimismo havia sido exagerado. "A alta de 1% da Bolsa ontem (quarta-feira) foi um pouco prematura, baseada em boa parte no fechamento de questão do PMDB em favor da reforma. Além das dissidências dentro do PMDB, que não garantem votação integral da legenda, ainda há diversos partidos da base que estão indecisos e que não vão fechar questão", disse.

Em encontro com jornalistas, o presidente da B3 (a Bolsa de São Paulo), Gilson Finkelsztain, afirmou, porém, que ainda há chances de que a reforma passe e acrescentou que sua aprovação não está totalmente precificada no mercado. "O consenso é que não está precificado, deve estar cerca de 50%", destacou o executivo.

Empresas. Nesta quinta-feira, 7, as quedas na Bolsa atingiram praticamente todas empresas com maior credibilidade no mercado, com destaque para o setor financeiro, o mais importante na composição do Ibovespa.

As ações ordinárias (com direito a voto) do Banco do Brasil, bastante sensíveis ao risco político, terminaram o dia em queda de 3,87%, um dos piores desempenhos do mercado. Os papéis da Petrobrás recuaram 0,88% (ações ordinárias) e 1,68% (preferenciais, sem direito a voto), apesar das altas do petróleo no mercado internacional. A Embraer foi um dos destaques positivos do dia, com alta de 1,51%. O Ibovespa acumula alta de 0,72% em dezembro de 2017.

Planalto gasta R\$ 43 bi pela reforma da Previdência, mas tem dificuldade em convencer aliados

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

O governo já comprometeu R\$ 43,2 bilhões nos próximos anos para aprovar a reforma da Previdência, mas o esforço ainda não favorece a contabilidade de votos do Planalto. Até agora, só o PMDB e o PTB decidiram obrigar seus deputados a apoiar a proposta.

Partidos com ministérios, como o PSD - de Henrique Meirelles e Gilberto Kassab - além do DEM, ainda não tomaram essa decisão. O PP, que comanda Saúde, Cidades e Agricultura não obrigará o voto a favor, mas disse que vai garantir 90% de votos favoráveis da bancada.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou nesta quinta-feira, 7, a investidores que, caso a votação não se viabilize antes das eleições do ano que vem, confia na aprovação em 2019, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A indicação de Maia foi interpretada como uma forma de preparar o mercado para uma eventual frustração da aprovação do projeto ainda no governo Michel Temer.

Segundo fontes do mercado, o presidente da Câmara afirmou que seria possível aprovar, em 2019, uma proposta até melhor do que a atual. Oficialmente, porém, Maia negou que tenha feito tal afirmação. Além disso, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), anunciou nesta quinta-feira que a votação foi marcada para dia 18.

Mas há o risco de esvaziamento do Congresso nessa data por causa da decisão do presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), de convocar sessão para o dia 12 com o objetivo de votar o Orçamento de 2018. O movimento de Eunício, que dá sinais dúbios em relação a seu apoio à aprovação da reforma ainda este ano, pode provocar a debandada dos parlamentares antes do dia 18.

Eunício também presidirá sessão extraordinária do Senado para garantir aprovação de uma série de projetos que foram negociados como barganha pela reforma, entre eles renegociações de débitos tributários de micro e pequenas empresas e do setor rural, além da compensação de R\$ 1,9 bilhão a Estados e municípios por conta de desonerações de ICMS nas exportações.

No total, já foram comprometidos R\$ 43,2 bilhões.

A avaliação de técnicos do governo é de que Temer cedeu antes da hora, colocando o ajuste fiscal em risco. A preocupação da equipe econômica é que o aumento das despesas, principalmente em 2018, comprometa o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

Além disso, renúncias de receitas podem deixar o governo sem margem de manobra para cumprir a meta fiscal em caso de qualquer frustração nas receitas. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, minimizou o impacto das concessões. "Tudo que se conceder terá de estar dentro do teto e da meta fiscal", afirmou.

Mulher trabalha o dobro do homem em casa

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

As mulheres ainda trabalham quase o dobro de horas que os homens cuidando da casa ou de pessoas da família, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Outras Formas de Trabalho, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2016, mais de 80% dos brasileiros em idade de trabalhar – com 14 anos ou mais – faziam algum tipo de tarefa doméstica em casa ou na casa de algum parente, o equivalente a 135,5 milhões de pessoas. Mas as mulheres permaneciam mais sobrecarregadas nesse tipo de função do que os homens. Enquanto 89,8% das mulheres realizavam atividades domésticas, essa proporção era de 71,9% entre os homens.

O tempo dedicado a esses serviços também mostrou diferença entre os sexos. A média de horas dedicadas ao serviço doméstico e cuidados de parentes no Brasil era de 16,7 horas por semana, mas as mulheres trabalhavam 20,9 horas semanais, em média, contra apenas 11,1 horas para os homens.

“A mulher faz tudo na casa, e o homem faz pequenos reparos. É basicamente isso”, resumiu Alessandra Brito, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE. “Há uma diferença grande entre homens e mulheres. A única atividade que os homens fazem mais do que as mulheres é consertar um chuveiro, trocar uma torneira.”

Entre os sete diferentes tipos de afazeres domésticos, os homens só ganharam das mulheres no quesito pequenos reparos ou manutenção do domicílio, automóvel, eletrodomésticos ou outros equipamentos. Entre os homens, 65% se dedicaram a esse tipo de tarefa, contra 33,9% das mulheres.

Metodologia. Mas, embora as mulheres ainda cuidem da casa e da família em maior proporção e por mais horas, a participação dos homens aumentou em relação à apuração de pesquisas anteriores. Não há dados comparáveis, por conta de uma mudança na metodologia em relação à Pnad anual, mas os pesquisadores dizem que um aperfeiçoamento na coleta ajudou a medir com mais precisão algumas tarefas domésticas que antes passavam despercebidas e que muitas vezes são feitas por homens. “Se eu perguntar se você faz tarefa doméstica sem dizer que isso inclui botar o lixo para fora e levar o cachorro para passear, você diria que você faz serviço doméstico? Mesmo que você não lave a louça, não faça comida, nada disso?”, disse Maria Lucia Vieira, gerente da Pnad.

Para presidente da Bolsa, reforma da Previdência tem 50% de chance de passar

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

Ainda há chances de que a reforma da Previdência seja aprovada no Congresso neste ano e sua aprovação não está totalmente precificada no

mercado, disse nesta quinta-feira, 7, o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, em encontro com jornalistas.

“O consenso é de que não está precificado, deve estar cerca de 50%”, destaca o executivo.

Finkelsztain frisou a importância da realização das reformas no Brasil para que o déficit fiscal seja controlado, já que a trajetória vista hoje é insustentável.

Segundo o executivo, o próximo governo terá que enfrentar essas questões para que a retomada do crescimento econômico do País.

O executivo citou ainda que o ano de 2017 foi de grandes desafios, mas que a equipe econômica fez um bom trabalho e destacou o Banco Central, que promoveu a queda da inflação e levou a taxa básica de juros, a Selic, ao menor nível da história brasileira.

Estrangeiros. O presidente da B3 destaca que o interesse dos investidores estrangeiros segue alto no Brasil, diante de um cenário em que a percepção é de crescimento do País, após três anos de recessão e queda de juros.

Ele lembra que na próxima semana serão precificadas três ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) - BR Distribuidora, Burger King Brasil e Neoenergia - e um follow on, da Sanepar.

“As ofertas precificadas na mesma semana podem competir pela agenda de analistas, mas o interesse segue alto no País”, disse.

No radar. Segundo Finkelsztain, a moeda digital está no radar da B3. Em relação ao bitcoin, criptomoeda que acaba de atingir nova cotação recorde a US\$ 15 mil, o executivo disse ter mais dúvidas do que certezas.

No entanto, a Bolsa está olhando esse mercado, visto que já existe demanda, afirma.

O executivo disse que não sabe se será desenvolvido, por exemplo, o mercado futuro de bitcoin, mas que ele está claramente se tornando um ativo. Alguns intermediários, afirmou, estão chegando à B3 com essa demanda.

A vigorosa recuperação das montadoras

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

O crescimento da produção da indústria automobilística ao longo deste ano é vigoroso e reforça as projeções da entidade que representa as montadoras, a Anfavea, de que os resultados de 2018 serão ainda melhores. A produção de novembro alcançou 249,1 mil unidades, com alta de 15,2% sobre o resultado de um ano antes. Embora tenha sido 0,3% menor do que o de outubro, o volume produzido no mês passado é o melhor para o mês de novembro desde 2014. Foi esse o ano em que começou a crise da qual o País está saindo, como evidenciam dados recentes sobre produção, especialmente da indústria.

Os números divulgados pela Anfavea fortalecem as avaliações segundo as quais a indústria de transformação está se recuperando com grande vigor de uma longa crise.

Com o resultado do mês passado, a produção do ano já alcança 2,486 milhões de unidades, com aumento de 27,1% sobre a produção de janeiro a novembro do ano passado. Para todo o ano, a projeção da Anfavea é de crescimento de 25,2%, com 2,7 milhões de unidades fabricadas.

Juros em baixa, desemprego em queda – embora ainda seja alto o número de pessoas sem ocupação –, renda real em recuperação, inflação em seu menor nível em muitos anos são elementos que ajudam a melhorar o ânimo dos consumidores. A cautela das instituições financeiras no exame dos pedidos de financiamentos de veículos, em razão da alta inadimplência no auge da crise, levou a mudanças no ranking das maiores operadoras do setor, mas há indicações de que os grandes bancos voltam a mostrar disposição de atuar com mais intensidade no setor de veículos.

Se essa tendência se consolidar, as vendas podem crescer mais depressa. Em novembro, foram vendidos 204,2 mil veículos, 14,6% mais do que em novembro do ano passado. Com isso, os estoques nas montadoras diminuí de 234,1 mil para 232,1 mil unidades. É suficiente para 35 dias de vendas, pouco acima do índice considerado ideal, de 30 dias de vendas.

Em valores, as exportações de veículos e máquinas agrícolas, de US\$ 1,423 bilhão em novembro, cresceram 31,4% em relação ao total exportado um ano antes. No acumulado do ano, o aumento foi de 49,4%. Quanto ao emprego, novembro registrou ligeira diminuição (de 0,3%) no quadro de pessoal das montadoras em relação a outubro, mas aumento significativo (2,5%) sobre novembro de 2016.

Gás de cozinha terá nova regra de reajuste

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

Na mesma semana em que anunciou o oitavo reajuste do preço do botijão de gás em 2017, a Petrobrás decidiu rever a política de preços para o combustível. Em nota, a estatal alega que a metodologia atual traz para o Brasil a volatilidade do mercado europeu e que o objetivo agora é suavizar os impactos do modelo de acompanhamento dos preços internacionais.

Em junho, a petroleira decidiu adotar uma política de reajustes mais frequentes para o gás de cozinha, o que fez o preço do botijão de gás de 13 quilos, o mais utilizado nas residências brasileiras, disparar e contabilizar uma alta de 68% na refinaria. Para o consumidor, no entanto, o ajuste foi um pouco menor, explica o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz.

“O impacto para o consumidor é menor, mas não deixa de ser relevante, o botijão de gás representa 1% da renda familiar, e os ajustes da Petrobrás já correspondem a quatro vezes a inflação”, explicou.

De janeiro a junho de 2017, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Brasil da FGV mediu inflação de 12,2% para o botijão de gás de 13 quilos, um impacto forte na renda das famílias em tempos de inflação no patamar de 3%. Para o economista, no entanto, a mudança de metodologia não deve ter por objetivo reduzir esse efeito, mas sim evitar os sucessivos reajustes, concentrando-os em ajustes mensais, por exemplo. “Houve um represamento de preços antes (no governo anterior), mas agora não faria sentido. Se o preço do petróleo continuar subindo, vai ter de ser repassado”, disse.

Após inúmeros aumentos no governo Fernando Henrique Cardoso, o preço do botijão de gás de 13 quilos ficou praticamente congelado durante os governos Lula e Dilma, com registro de só um aumento, em 2015, o que ajudou a controlar a inflação. Para o professor da PUCRJ Alfredo Renault, o controle da inflação não parece ser o objetivo da Petrobrás ao anunciar que vai alterar a metodologia de ajuste do botijão de gás.

“O caminho da manutenção de preços dos derivados (de petróleo) alinhados com o preço internacional é fundamental para atrair o setor privado para a área de refino no Brasil. Não acredito que vão mudar essa rota”, disse Renault. Inverno. A Petrobrás não informou qual será a nova metodologia, mas disse que a mudança se limita ao botijão de 13 kg. A empresa explicou que o mercado de referência para reajustar especificamente esse produto, a Europa, tem mostrado muita volatilidade nos preços, agravado pelo inverno da região. “A correção aplicada esta semana foi a última com base na regra vigente”, disse a estatal.

Serviços impulsionaram PIB no Sul e Centro-Oeste no 3º tri

Valor Econômico - 08/12/2017

Impulsionadas por desempenho forte dos serviços, o Sul e o Centro-Oeste tiveram crescimento mais expressivo do que a média nacional no terceiro trimestre, segundo estimativa da 4E Consultoria. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro subiu 0,1% de julho a setembro sobre os três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, a atividade nessas duas regiões do país avançou 0,8% e 1,9% no período, respectivamente.

Em ambos os casos, a alta foi influenciada principalmente pela atividade dos serviços, que cresceu 2,4% no Centro-Oeste e 1,1% no Sul. Na média do país, a expansão do setor foi de 0,6% no terceiro trimestre. A desagregação da 4E para as cinco regiões é feita somente pelo lado da oferta. Na região que compreende os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal, um aumento atípico nas contratações da administração pública responderam por boa parte do aquecimento dos serviços, diz Alejandro Padrón, economista da consultoria e autor dos cálculos.

Além desse fator, que considera pontual, Padrón observa que tanto no Sul quanto no Centro-Oeste a recessão parece ter sido superada antes do que nas demais regiões. “O PIB brasileiro está muito relacionado ao desempenho do Sudeste, que tem uma realidade econômica diferente agora. Já essas duas

outras regiões têm mostrado uma velocidade de recuperação maior ao longo de 2017", afirma o economista, destacando que o Centro-Oeste já recuperou os níveis de ocupação pré-crise.

Embora o setor agropecuário tenha recuado 3% entre o segundo e o terceiro trimestres em todo o país, as safras recorde colhidas na primeira metade do ano ainda estão ajudando a economia do Sul e do Centro-Oeste. Essas duas regiões se beneficiam da renda agrícola, o que também explica o bom comportamento do PIB dos serviços, diz Padrón. No Sul, o PIB agro caiu 1% de julho a setembro e, no Centro-Oeste, houve alta modesta, de 0,3%.

"Não temos a contrapartida do consumo das famílias nas regiões, mas certamente a demanda cresceu no Sul e no Centro-Oeste, dado que a atividade do comércio foi a que mais avançou dentro dos serviços", afirma.

No Sudeste, cuja economia ficou estável no terceiro trimestre, o destaque positivo no período foi a indústria, que aumentou 0,8%, mesma variação observada na média brasileira. Essa região é responsável por cerca de 40% do PIB do país, observa Padrón, o que explica o desempenho bastante parecido com o PIB total. "As regiões mais dinâmicas têm participação menos significativa no PIB. Por isso, o crescimento foi baixo no terceiro trimestre."

A atividade econômica na região Norte também teve crescimento nulo nos três meses terminados em setembro, depois de ter avançado 2,2% no segundo trimestre. Essa região foi a única em que o PIB industrial encolheu no período (retração de 0,3%), queda parcialmente compensada pelos serviços, que subiram 0,2% ante o trimestre anterior.

O Polo Industrial de Manaus (PIM), que responde pela indústria de transformação dessa região, fabrica principalmente eletroeletrônicos e motocicletas, segmentos que não estão com bom desempenho na retomada, afirma Padrón. No Pará, o maior peso é da indústria extrativa, que teve alta pouco significativa no terceiro trimestre, de 0,2%, considerando a média do país.

Já no Nordeste, a tônica é de recuperação. A atividade na região ficou 0,1% no terceiro trimestre, após redução de 0,8% registrada de abril a junho. A indústria nordestina cresceu 2,4%, ao passo que os serviços ficaram estáveis e o setor agropecuário diminuiu 3,8%. "Nessa região, o mercado de trabalho está reagindo de maneira atrasada, assim como no Norte. Por isso, a recuperação dessas duas regiões deve ser defasada", diz o economista.

Para o quarto trimestre, a 4E trabalha com expansão de 0,4% para o PIB, variação que, de acordo com Padrón, deve ser mais disseminada entre as cinco regiões do país.

Alimento em queda atípica segurou IPCA, dizem analistas

Valor Econômico - 08/12/2017

Atípica para o fim do ano, a queda dos alimentos persistiu em novembro e desacelerou a inflação, mesmo com as maiores tarifas de energia elétrica, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 27 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou de 0,42% em outubro para 0,35% no mês passado.

As projeções para o indicador oficial de inflação, a ser divulgado amanhã pelo IBGE, vão de aumento de 0,31% até 0,47%. Se confirmadas as expectativas, o IPCA acumulado em 12 meses terá subido novamente, para 2,88%, ante 2,7% até outubro. Ainda assim, são consideradas grandes as chances de a inflação encerrar 2017 abaixo de 3%. Neste caso, o Banco Central terá de enviar uma carta ao Ministério da Fazenda para explicar por que o IPCA subiu menos do que o piso do regime de metas.

Os alimentos surpreenderam com retração mais forte do que o previsto no IPCA-15 de novembro, movimento que tende a ser mantido no fechamento do mês, avalia Márcio Milan, da Tendências Consultoria. Em seus cálculos, o grupo alimentação e bebidas caiu 0,40%, deflação mais forte que a registrada na medição anterior, de 0,05%.

"Os preços agrícolas tiveram desaceleração adicional há dois meses e agora isso está sendo repassado para o varejo", afirma Milan. Com trigo, milho e soja em baixa, a parte de farinhas e panificados e também as carnes devem mostrar recuo maior em novembro. Além disso, não há nenhuma pressão significativa dos itens in natura, porque o clima está favorável às colheitas.

O quadro benigno para a inflação de alimentos coloca viés de baixa na estimativa para o IPCA de dezembro, diz Milan, e, conseqüentemente, na projeção para 2017. A Tendências trabalha com alta de 0,44% para o índice neste mês, o que o levaria a terminar o ano com alta de 3%. "Trabalhamos com estabilidade da parte de alimentação em dezembro, mas é possível que ocorra outra deflação", disse.

Segundo a equipe econômica do UBS, a inflação de novembro deve ter mantido o mesmo padrão observado ao longo do ano, com os alimentos em terreno negativo, alguma pressão de preços monitorados, especialmente das tarifas de eletricidade, e núcleos de inflação controlados. Nas estimativas do banco suíço, o IPCA ficou em 0,33% no mês passado, enquanto o índice em 12 meses aumentou para 2,9%.

Devido à mudança na bandeira tarifária das contas de luz - que passou do segundo patamar da cor vermelha em novembro para o primeiro em dezembro - a inflação deste mês deve ser menor, observam os economistas do UBS. Por

isso, o banco considera rever para baixo sua previsão atual para a alta do IPCA em 2017, atualmente em 3,1%.

"A boa surpresa do IPCA-15 jogou os números de novembro para menos do que se imaginava e provavelmente dezembro também deverá ser baixo, com a virada de energia e com os alimentos não dando sinais de preocupação", comenta Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Vale estima a alta do IPCA do mês passado em 0,40%.

Jankiel Santos e Flávio Serrano, do Haitong, destacam que, se confirmada a projeção de avanço de 0,36% para o IPCA do mês anterior, a inflação acumulada em 12 meses terá aumentado para 2,89%, ainda abaixo do piso do sistema de metas, que é de 3%. Contraria o argumento de que a inflação mais comportada é pontual, de acordo com os dois economistas, a variação dos núcleos de inflação, que excluem ou reduzem o impacto de itens mais voláteis sobre o IPCA.

Santos e Serrano estimam que a média mensal dos três núcleos de inflação calculados pelo Banco Central subiu 0,27% em novembro, o que corresponderia a uma variação anualizada de 3,6%. A taxa, ainda baixa, reforça a avaliação de que não há pressões inflacionárias na economia brasileira, afirmam os economistas do banco chinês.

Falta regra para teto de gastos nos Estados

Valor Econômico - 08/12/2017

A menos de um mês para começar a valer a regra para o teto de crescimento das despesas dos Estados, alguns governos nem possuem projeto de lei para regular a questão e outros enfrentam resistências políticas para aprová-las.

Pernambuco considera o cumprimento do teto no ano que vem "improvável" e estuda ir ao Judiciário questionar o limite para a despesa. O governo da Paraíba já levou a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF). São Paulo enviou o projeto de lei à Assembleia Legislativa em outubro, mas já sofre na aprovação as resistências políticas que os Estados deverão enfrentar para efetivo cumprimento do teto em 2018, ano de eleições. O governo paulista, porém, diz que cumprirá a regra do limite de gastos.

São Paulo, Paraíba e Pernambuco estão entre os 20 Estados que estão obrigados ao teto de crescimento de despesas primárias correntes pela inflação em 2018 e 2019 como contrapartida à renegociação da dívida com a União em 2016. A aprovação de leis locais é um passo para assinatura de aditivos no acordo com a União, o que formaliza a renegociação. Segundo o Tesouro Nacional, os aditivos precisam ser assinados até dia 23.

A renegociação incluiu o alongamento da dívida por dez anos adicionais e a mudança no indexador. Os 20 Estados que aderiram ao refinanciamento se aproveitaram da redução no estoque da dívida e do valor das parcelas mensais de amortização e juros, além da suspensão de pagamento durante o segundo semestre de 2016. Os Estados que descumprirem o teto terão a dívida

recalculada para o montante original, sem os benefícios da renegociação e precisarão pagar à União a diferença do que deixou de ser pago com a suspensão e redução das parcelas.

Em São Paulo, o projeto de lei sobre o teto de gastos é um dos elementos que tem alimentado a tensão entre o poder executivo e o legislativo. Barros Munhoz (PSDB), líder do governo na Assembleia, chegou a classificar, em fim de outubro, a proposta enviada pelo governo como "a maior burrice que já viu". Depois, ao explicar-se, disse que se referia à forma como ela foi encaminhada, sem debate prévio com as bancadas.

Muitos deputados, a menos de um ano da eleição, não querem arcar com o ônus de apoiar proposta que congela o salário dos servidores. Deputados do DEM e do PSD já se colocaram contra a matéria. Indignado com a proposta do governo, o deputado Coronel Telhada anunciou sua saída do PSDB em discurso no plenário. Com críticas a Alckmin, a quem acusou de querer guardar dinheiro para campanha de 2018, o parlamentar lembrou que algumas categorias do funcionalismo público, como os policiais, estão há três anos sem mudanças nos vencimentos.

Apesar das resistências, o projeto entrou em votação e a expectativa de deputados é de que seja aprovado até semana que vem. A Secretaria da Fazenda de São Paulo não quis comentar a questão política. Claudia Romano, assessora executiva na Fazenda do Estado diz, porém, que a regra do teto não deve ser problema para São Paulo. Segundo ela, todo o trabalho de controle fiscal já realizado permitirá o cumprimento da regra sem grande esforço adicional.

Paraíba e Pernambuco fazem avaliação bem diferente. Waldson de Souza, secretário de planejamento da Paraíba, diz que desde a primeira vez em que foi levantada a exigência de limitar o crescimento dos gastos pela inflação os governadores do Nordeste chegaram a um consenso de que aplicação de uma regra uniforme para todos os Estados prejudicaria a região.

O governo paraibano, diz ele, não encaminhou proposta de lei à Assembleia Legislativa. Segundo ele não há texto em estudo e não será possível ao Estado o cumprimento do teto. O governo, diz ele, ainda estuda o que fazer. Enquanto isso, o Estado já questiona o teto no Judiciário. Em ação no STF a Paraíba pede que lhe seja permitido assinar o aditivo.

Em Pernambuco o governo pode trilhar caminho semelhante. O Estado diz que estuda o que fazer sobre o assunto e não há projeto em tramitação na assembleia. "Alguns Estados estão judicializando a questão, visto que despesas relacionadas à saúde e educação, por exemplo, estão vinculadas ao crescimento da receita, e não da inflação. Além disso, a base de cálculo para este teto seria o ano de 2016, o que tornaria seu cumprimento improvável", disse a secretaria da Fazenda em nota.

Souza, da Paraíba, avalia que a regra de teto pela inflação beneficia somente os Estados muito desequilibrados, para os quais "qualquer acordo é lucro".

Segundo ele, o governo paraibano não tem mais o que cortar porque já fez grandes reduções de despesa em 2015 e 2016. O secretário diz que o Estado tem rating "B-" na classificação de capacidade de pagamento do Tesouro e manteve as despesas de pessoal no limite e que mantém em dia todos os pagamentos a servidores.

André Horta, secretário de Receita do Rio Grande do Norte e coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), diz que, independentemente de aprovação de lei, a maior parte dos Estados não conseguirá cumprir o teto. "É matematicamente impossível." Segundo ele, estudos técnicos do Confaz indicam que as receitas dos Estados crescerão de 5% a 8% nominais em 2018, o que pressionará as despesas vinculadas.

Sem votação, país corre risco de 'perder prêmio', diz Dyogo

Valor Econômico - 08/12/2017

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o país corre o risco de perder o "prêmio-governo" conquistado até o momento, como risco-país mais baixo e perspectiva de uma retomada mais forte da economia em 2018, caso a reforma da Previdência Social não seja aprovada. Segundo ele, indicadores de risco e expectativas estão melhores do que os fundamentos econômicos apontariam por causa dessa agenda de reformas, incluindo a previdenciária.

"Quando não avança [reforma], perde esse prêmio", disse o ministro, acrescentando que o efeito reverso da postergação da medida aparecerá durante o ano que vem. "O argumento que temos mostrado é que não é porque o ambiente melhorou que não se deve fazer [a reforma]. As pessoas [parlamentares] têm compreendido isso", contou.

Alguns parlamentares, que resistem em apoiar à reforma, já cogitam deixar o assunto para 2019, primeiro ano de mandato do novo presidente, hipótese rejeitada por Dyogo. "Deixar para 2019 [reforma da previdência] mais volatilidade para o ano que vem e pode perder parte considerável do prêmio para economia que está conduzindo para reformas", reforçou o ministro.

Mesmo com a dificuldade do governo em conseguir os 308 votos necessários para colocar as mudanças nas regras de aposentadoria em votação ainda neste ano, Dyogo tenta manter o discurso de otimismo e afirmou que não tem fundamento os rumores de que o governo "jogou a toalha". Ele repetiu que o crescimento econômico está "intimamente ligado" à agenda de reformas e por isso o governo está engajado em aprovar a reforma da Previdência o mais rápido possível. Na avaliação de Dyogo, houve uma mudança no clima que pode garantir a aprovação ainda neste ano. Enquanto isso, o mercado reage - com bolsa caindo e cotação de dólar subindo - à perspectiva de o tema ser jogado o ano que vem.

O ministro traçou um quadro econômico pessimista para o caso de a reforma não for aprovada. Segundo ele, sem as mudanças na previdência, a dívida pública representará 100% do PIB em 2021, além disso a capacidade de crescimento econômico será reduzida.

Dyogo ressaltou que a economia neste ano deve crescer, pelo menos, 1% e que para 2018 a estimativa prevista de 2% deve subir para 2,5%, valor ainda abaixo do potencial. "Hoje cenário aponta para consenso de 2,5% de crescimento, ou um pouco mais o que é um número importante mais abaixo do potencial o que reforça a necessidade do processo de reformas. Não é só da previdência, mas avançando em várias áreas", explicou. O ministro acredita que o país está no início de longo ciclo de crescimento, de oito a 12 anos. "Não é crescimento resultado de ações artificiais e temporárias. Teremos crescimento mais estável e continuado", frisou o ministro.

O entendimento é de que o processo de reformas vai permitir um PIB mais elevado. "Crescimento de 2,5% [previsão do governo que será incorporada no orçamento de 2018] está associado à inflação abaixo da meta, por isso nos permite dizer que economia está abaixo do potencial", frisou. "

Ainda para 2018, Dyogo espera uma recuperação da arrecadação. Para ele, não há problema em deixar para o próximo ano a aprovação de MP que trata de adiamento do reajuste dos salários dos servidores públicos. Porém, é preciso que a mudança na tributação dos fundos exclusivos seja aprovada em 2017 para assegurar a receita ainda em 2018. "A MP dos servidores não precisa ser votada agora, pode ser depois do recesso", disse o ministro, acrescentando que a medida pode ser apreciada em fevereiro ou março. "A MP dos servidores já vai ser aplicada em janeiro, com adiamento de reajuste em janeiro", ressaltou.

O ministro explicou que o governo tem até o fim deste ano para aprovar a MP que trata da tributação dos fundos exclusivos, para que comece a ser aplicada ainda em 2018. "Reoneração da folha precisa ser votado este ano, embora seja diferente dos fundos", disse. Para Dyogo, o prejuízo de votar a reoneração em fevereiro seria perder um mês de arrecadação por conta da noventena.

Governo usa mercado para conseguir votos Valor Econômico - 08/12/2017

Na falta de votos pela reforma, o governo tenta administrar as expectativas do mercado e ao mesmo tempo usá-lo como fator de convencimento dos políticos responsáveis por votar a proposta do governo. Em café da manhã com jornalistas, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, rebateu os rumores de que o governo já teria, em jantar com lideranças parlamentares na noite de quarta-feira, "jogado a toalha" da votação da reforma, o que teria sido um dos fatores de pressão sobre a taxa de câmbio na sessão de ontem.

"Não há fundamento para isso [sobre rumor de que governo desistiu], o governo não desistiu, pelo contrário, tivemos ontem [quarta-feira] manifestações muito fortes de vários partidos em torno da aprovação da

reforma, governo continua engajado e muito imbuído do espírito de aprovação da reforma", disse.

O encontro de fim de ano com os jornalistas foi utilizado pelo ministro para reforçar o discurso de que sem a Previdência, a situação do país é gravíssimo. Dyogo disse que a dívida pode chegar a 100% do PIB sem as mudanças nas regras previdenciárias defendidas pelo governo. Ele criou um novo slogan, chamando de "prêmio-governo" a situação mais favorável do mercado em relação ao país derivada das reformas feitas e esperadas.

A verdade é que, pelo discurso da equipe econômica, o jogo se tornou praticamente Previdência ou o caos. E isso mesmo sabendo que os impactos iniciais da reforma, como reconheceu o ministro, são muito pequenos. A questão que surge é o que, no cenário não desprezível de a reforma não andar, o que o governo fará para conter uma fuga de investidores e um eventual pânico do mercado.

Alta de despesa previdenciária é maior preocupação **Valor Econômico - 08/12/2017**

Para Estados que já conseguiram aprovar leis locais que permitem assinar os aditivos de renegociação da dívida com a União, a expansão da despesa previdenciária está entre as principais preocupações para o cumprimento do teto de gastos em 2018 e 2019.

Gustavo de Oliveira, secretário de Fazenda do Mato Grosso, explica que o Estado aprovou por emenda constitucional uma programa de recuperação fiscal que estabelece, entre outras medidas, expansão de despesas limitada à inflação não apenas para 2018 e 2019, mas também para os três exercícios seguintes.

Segundo o secretário, entre os gastos que devem pressionar mais que a inflação no ano que vem estão as despesas com pessoal, por conta de leis aprovadas anteriormente com progressões em algumas carreiras. O déficit previdenciário, aponta, deve crescer de R\$ 900 milhões este ano para R\$ 1,2 bilhão em 2018.

Outro receio é o efeito que as eleições podem ter sobre as despesas. "Em ano eleitoral a tendência é de expansão dos gastos porque os governos querem entregar mais resultados para a sociedade. Escolhas terão que ser feitas." Por isso, diz ele, o programa de ajuste do Estado inclui também medidas paralelas ao controle de gastos, como aumento da eficiência pública.

O crescimento de receitas esperado para o ano que vem também é visto como um desafio, diz Oliveira. A preocupação é compartilhada pelo secretário Mauro Ricardo Costa, da Fazenda do Paraná, já que a alta real das receitas impulsiona os gastos vinculados, como saúde e educação.

No Paraná, diz ele, as despesas com inativos e pensionistas irão avançar 13% nominais. "O ajuste se dará em outras despesas. Não concedemos reajuste

salarial este ano para nenhuma categoria e não concederemos no ano que vem. Também não há espaço para aumentar o custeio administrativo."

Para o secretário, a falta de reajuste de salários dos servidores é suficiente para garantir o cumprimento do teto no próximo ano porque o Estado tomou medidas de contenção de gastos em 2017. "Mas o corte de gordura vai até o momento em que o Estado deixa de prestar um bom serviço. Em 2018 dará para cumprir o teto, mas em 2019 será difícil se não houver reforma previdenciária."

Em Minas, foi aprovada na terça-feira projeto de lei que estabelece teto de gastos. O Estado tem a dívida de R\$ 87,2 bilhões com a União e vive período de crise financeira, sem recursos garantidos para pagar o 13º dos servidores.

Até entre os filhos, quem ajuda mais em casa são as meninas

O Globo - 08/12/2017

Até entre os filhos a desigualdade entre homens e mulheres é clara: as meninas ajudam mais em casa que os meninos. Mais de 80% das filhas contribuem com afazeres domésticos. Para os garotos, essa parcela é de 57,6%.

E a desigualdade começa cedo. Entre os jovens de 14 a 24 anos, 83,4% das mulheres atuam nas tarefas da casa, como preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça, cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos, fazer pequenos reparos, limpar ou arrumar, fazer compras ou pesquisar preços de bens e cuidar de animais domésticos, por exemplo. No grupo de homens, essa participação é de 59,5%.

A economista Lucilene Morandi, pesquisadora da UFF na área, observa que essa sobrecarga de trabalho logo cedo prejudica a formação e a sociabilização das meninas:

— São jovens que têm menos tempo para aperfeiçoamento e lazer. O bem-estar fica comprometido — diz.

Apesar disso, no Brasil, as mulheres têm um grau de escolaridade médio mais elevado que o dos homens:

— As mulheres têm de estar sempre correndo atrás e buscando se aperfeiçoar para conseguir competir em igualdade com os homens no mercado de trabalho — analisa Lucilene.

As diferenças também aparecem quando se avaliam os cuidados pessoais. Um quarto (25,9%) das filhas são responsáveis por esses afazeres: atividades como alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho e colocar para dormir. Entre os filhos, a parcela é de apenas 12,7%. Também nesse caso a disparidade aparece cedo: 19,3% das mulheres de 14 a 24 participam desses cuidados, contra 12,6% entre os homens dessa mesma faixa etária.

Maternidade eleva sobrecarga

Na vida adulta, entre os 25 e 54 anos, pondera a economista da UFF, a sobrecarga de trabalho é potencializada pela maternidade e acaba fazendo com que muitas mulheres atrasem sua formação superior.

— As mulheres ficam alijadas, e isso explica porque existem postos de chefia ocupados por profissionais do sexo masculino — afirma.

O índice de participação nas tarefas domésticas também varia de acordo com a situação na ocupação. Pessoas com emprego tendem a contribuir mais com os cuidados com a casa do que as não ocupadas: as taxas são de 82,7% e 79,6%, respectivamente. A participação das mulheres é de 92,2% entre as ocupadas e de 87,9% entre as não ocupadas. Nos homens, a parcela é de 75,5% entre os empregados e de 65,3% entre os não ocupados.

Impacto negativo sobre a produtividade do país

O Globo - 08/12/2017

Impressiona como a divisão dos afazeres domésticos não muda no Brasil. Os anos passam, as pesquisas mudam e ficam mais fidedignas em retratar a realidade dos brasileiros, e os homens continuam a gastar as mesmas dez horas semanais no trabalho doméstico. Essa carga era a mesma em 2005, em 2006, em 2015 e 2016. Representa metade da carga da mulher no mesmo serviço, indicando que a sociedade brasileira considera que é obrigação da mulher, mesmo trabalhando fora, dedicar 7,5 horas do seu tempo na semana a mais que os homens para os cuidados da casa.

Essa percepção distorcida joga contra a produtividade da economia brasileira. A mulher tem um nível de instrução superior, em média, ao do homem: 21,7% das mulheres de 18 a 24 anos estão na universidade. Entre os homens, essa taxa cai para 15,4%. Essa carga a mais de afazeres domésticos tira quase três horas por semana do trabalho remunerado da mulher e dificulta a entrada e manutenção delas no mercado de trabalho.

Mais de 40% da mão de obra

Essas relações foram desenhadas, nos séculos passados, estabelecendo que a mulher cuidasse da casa para liberar o homem para o trabalho remunerado. Mas o mundo mudou e há muito tempo. As mulheres são mais de 40% da mão de obra brasileira, e esse arranjo social tem de se adaptar para a sociedade poder avançar. O Brasil desperdiça mão de obra mais instruída e empreendedora, por não conseguir dividir igualmente os cuidados com a casa e a família entre homens e mulheres.

Por dentro dos números, é possível perceber que, quando o homem não trabalha, ele aumenta em duas horas sua dedicação à casa, enquanto a mulher, quando deixa de trabalhar fora, destina mais quatro horas da sua

semana aos afazeres domésticos, o dobro da dedicação do homem novamente.

Essa situação começa a se consolidar já na infância e na adolescência. Pela pesquisa sobre trabalho infantil que o IBGE divulgou na semana passada, as meninas de 14 a 17 anos dedicam 12,3 horas por semana à casa, enquanto os meninos destinam oito horas.

Para a mulher, não faz diferença se ela tem ensino superior ou é sem instrução, se é preta, branca ou parda, a parcela das mulheres nessas atividades é muito semelhante. A única característica que faz diferença na realização de cuidados e afazeres domésticos é o gênero.

Em qualquer tipo de trabalho que o IBGE conseguiu desagregar, somente em pequenos reparos e manutenção da casa há mais homens que mulheres exercendo essa atividade. Em todas as outras, de lavar louça a administrar as contas da casa, tem mais mulheres fazendo o trabalho. Nos cuidados com as pessoas da família, não há exceção para os homens. A mulher é sempre mais presente. É cultural e desigual.

Mulheres trabalham 3 horas a mais que os homens

O Globo - 08/12/2017

Somadas as tarefas domésticas, mulheres trabalham três horas a mais por semana que os homens. Em casa, só nas brincadeiras com os filhos a participação é equivalente. Dados divulgados pelo IBGE ontem comprovam o que todo mundo já sabe: as mulheres são mais participativas que os homens nos afazeres domésticos e no cuidado de familiares — e, quando somadas as horas trabalhadas no emprego e em casa, trabalham mais. Para especialistas, essa sobrecarga não só faz com que a mulher tenha mais dificuldades para se inserir no mercado, mas tira potencial de crescimento da economia.

As mulheres trabalham, em média, três horas a mais que os homens por semana. Entre as ocupadas — ou seja, que estão no mercado de trabalho — são 7,5 horas a mais dedicadas aos afazeres domésticos em relação aos homens. Enquanto os homens ocupados trabalham, em média, 51,6 horas por semana (41,1 horas no emprego e 10,5 horas em casa), as mulheres trabalham 54,5 horas na mesma comparação (36,5 horas no emprego e 18 horas no lar). Fora de casa, a carga dos homens é maior do que a das mulheres em 4,6 horas.

— É impressionante. Desde o início dos anos 2000, quando o IBGE iniciou a pesquisa sobre esse tema, os homens sempre declaram trabalhar em torno de dez horas por semana. O que os homens historicamente aceitam fazer é imutável. As mulheres podem ser flexíveis e assumir trabalhos masculinos, mas eles não conseguem assumir tarefas com relação à reprodução da vida — analisa Hildete Pereira de Melo, estudiosa das questões de gênero.

Na casa do analista de informação Valdomiro Pontes, de 46 anos, e da pedagoga Lesly Monrat, 42, essa diferença é visível. Quando o primeiro filho

nasceu, há seis anos, eles concordaram em abrir mão de uma renda maior para que ela se dedicasse à criação dos filhos — quatro anos depois veio uma menina. Lesly, então, deixou de exercer sua profissão. Ela, porém, reclama que a ajuda do marido em casa deixa a desejar.

— Ele brinca bastante — conta, rindo, para completar que, de vez em quando, o marido também lava roupa e louça.

— Eu devia pelo menos cozinhar mais vezes — reconhece Valdomiro.

De acordo com a pesquisa Pnad Contínua módulo Outros Trabalhos, nos cuidados com a família, só na hora de brincar com os filhos a participação do homem se aproxima daquela da mulher: 72% dos homens e 74% das mulheres de 14 anos ou mais (ou seja, em idade ativa) se envolveram em atividades de ler, jogar ou brincar em 2016.

— Se aumentasse o tempo de trabalho remunerado das mulheres, teríamos aumento de PIB, e mais mulheres no mercado de trabalho significaria mão de obra mais qualificada, porque as mulheres estudam mais tempo. Essa geração de renda extra ao que existe hoje teria um efeito multiplicador — diz Regina Madalozzo, especialista em economia de gênero do Insper.

O IBGE investigou 12 tipos de afazeres domésticos, divididos em dois grupos: cuidados com os familiares e cuidados com o lar. As mulheres têm maior participação em 11 deles. Os homens só são mais atuantes em atividades de manutenção ou reparo, como trocar lâmpada, consertar o chuveiro e lavar o carro. Enquanto no ano passado 65% deles se envolveram na realização de pequenos reparos ou manutenção, 34% das mulheres fizeram isso.

Para a economista e pesquisadora da UFF Lucilene Morandi, políticas públicas poderiam combater essa desigualdade e permitir que mais mulheres trabalhassem fora:

— Para melhorar a igualdade no mercado de trabalho, é preciso melhorar as condições gerais, como ter mais creches, para a mulher poder voltar mais rapidamente ao trabalho. A mulher também se ocupa muito com o cuidado de idosos, mesmo quando está idosa.

Hildete lembra que a rede das creches públicas brasileiras atende apenas 23% da população até 3 anos.

Ao todo, o IBGE mapeou que, no ano passado, do total de 166,7 milhões de brasileiros com 14 anos ou mais, 27%, ou 45 milhões, ajudaram nos cuidados pessoais. Já 81,3% das pessoas em idade para trabalhar, ou 135,5 milhões, exerceram afazeres do lar.

E, quando considerados todos os brasileiros que trabalham em casa, independentemente de terem ou não emprego, as mulheres dedicam o dobro do tempo que os homens aos afazeres domésticos. Elas ficam com 20,9 horas por semana, e eles, com 11,1 horas.

Decisão do STF dá margem a contrariar reforma

O Globo - 08/12/2017

O Supremo Tribunal Federal (STF) tomou esta semana uma decisão na contramão da reforma trabalhista, o que, na opinião de analistas, coloca incertezas sobre a aplicação das mudanças e como elas serão avaliadas pela Corte. A decisão tratou do índice de correção aplicado nos processos trabalhistas.

Por maioria, a Segunda Turma do STF julgou improcedente, na última terça-feira, reclamação da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que era contra a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de determinar a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), medido pelo IBGE, no lugar da Taxa Referencial (TR). A Fenaban sustentou na reclamação que, em 2015, ao declarar a inconstitucionalidade da TR como índice de correção da Justiça do Trabalho, o TST usurpou a competência do Supremo, ao qual cabe o controle de constitucionalidade.

Embora o Supremo não tenha decidido sobre o mérito da questão, ou seja, sobre a correção das dívidas trabalhistas em si, a posição da Corte foi vista como um aval para que juízes trabalhistas continuem usando o índice IPCA-E, e não a TR fixada como parâmetro na reforma trabalhista. O advogado Maurício Tanabe, sócio da área trabalhista do escritório Campos Mello Advogados, entende que a decisão do Supremo traz insegurança jurídica para as empresas, pois cria um precedente para outros questionamentos de artigos na nova lei:

— Foi um gol contra do STF. Isso traz um precedente perigoso para outras questões sobre as quais ainda há dúvidas de constitucionalidade. A decisão traz insegurança jurídica para a reforma e pode enfraquecer o objetivo do governo, que é modernizar as leis trabalhistas. Essa decisão não veio em boa hora.

Francisco de Assis Brito Vaz, sócio da área trabalhista do escritório Siqueira Castro Advogados, diz que, desde o início da vigência do texto da reforma trabalhista, em 11 de novembro, o índice de correção a ser aplicado nos processos trabalhistas é a TR. A ação julgada pelo STF é anterior à nova lei.

— A TR foi estabelecida pela reforma como índice de correção nos processos trabalhistas, e é ela que deve vigorar, até que venha a ser questionada. Isso até agora não aconteceu, mas abrem-se precedentes. Há outros pontos da reforma sendo questionados em ações diretas de inconstitucionalidade, como o fim da contribuição sindical e a terceirização, entre outros — diz o advogado.

Índice acumula alta de 2,56%

Segundo ele, se os processos trabalhistas forem corrigidos pelo IPCA-E, as empresas serão mais oneradas. O IPCA-E segue a mesma metodologia de cálculo do IPCA, a inflação oficial do país, mas é divulgado ao final de cada trimestre. Entre janeiro e setembro, o índice acumula alta de 2,56%. Já a Taxa

Referencial, que corrige a poupança, subiu 0,59% nos nove primeiros meses do ano.

— Se a correção de processos trabalhistas voltar a ser feita pelo IPCA-E, isso vai onerar mais as empresas — disse Brito Vaz.

Caroline Marchi, sócia da área trabalhista do escritório Machado Meyer Advogados, está recomendando a empresas do Rio Grande do Sul que façam provisionamento para pagamento de processos trabalhistas corrigidos pelo IPCA-E. Isso, segundo ela, porque o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) gaúcho já anunciou que manterá o indexador mais favorável aos trabalhadores.

Sem reforma, dívida explode

Correio Braziliense - 08/12/2017

Num dia de nervosismo no mercado por conta das incertezas sobre a reforma da Previdência, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou estar otimista sobre a possibilidade de a proposta ser aprovada “ainda neste ano” pela Câmara dos Deputados. Ele reiterou, ontem, que a reforma é necessária para conter o endividamento público. Se ela não for aprovada, disse, o país corre o risco de ver a dívida pública bruta chegar a 100% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, mais que o dobro da média de 48% do PIB de países emergentes, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na avaliação do ministro, a reforma é crucial para a “sustentabilidade da economia brasileira nos próximos anos”. “A não aprovação da reforma da Previdência nos coloca em uma rota muito complexa. Podemos chegar a 2021 com a dívida pública em 100% do PIB. Com a reforma, a dívida se estabilizaria em torno de 80% do PIB”, afirmou, durante café da manhã com jornalistas. “Com reforma vamos ter PIB maior, taxa de juros mais baixa e, portanto, despesa financeira menor. O efeito combinado disso é muito forte”, resumiu.

Em outubro, segundo o Banco Central, a dívida pública bruta brasileira ficou em 74,4% do PIB. O ministro lembrou que, “havia cinco anos, esse percentual girava em torno de 50% do PIB”. Para ele, um cenário com dívida pública de 100% do PIB “é muito preocupante”, apesar de muitas economias ricas terem dívida até acima desse patamar. “Esse percentual, em um país emergente, não é a mesma coisa do que em uma nação desenvolvida, porque a renda per capita brasileira é menos de um terço da desses países. Não dá para comparar (o Brasil) com nações que têm taxas de juros e custo da dívida muito mais baixos”, disse.

Privilégios

Dyogo Oliveira destacou que o novo texto acertado com líderes parlamentares tem mais chances de ser aprovado porque uma das mudanças essenciais — a instituição da idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres — será implantada de forma gradual, em 20 anos. Segundo ele, a versão mais enxuta da reforma proporcionará uma economia

de R\$ 500 bilhões nos primeiros 10 anos de vigência. Com o texto original do Executivo, o ganho previsto girava em torno de R\$ 800 bilhões. “A nova proposta tem foco na redução de privilégios e exageros. Por isso, é politicamente mais viável. Hoje, estou mais otimista do que há nove meses. A adesão vai crescer rapidamente”, afirmou. Para ser aprovada, a reforma da Previdência precisa de 308 votos favoráveis na Câmara e de 49 no Senado, em dois turnos de votação em cada Casa.

Oliveira minimizou os riscos fiscais provocados pelas concessões que o governo vem dando a parlamentares para tentar aprovar a reforma e garantiu que a meta de limitar o déficit público a R\$ 159 bilhões em 2018 será cumprida. Entre as medidas que devem aumentar os gastos públicos, destacam-se a renegociação de dívidas de agricultores e de pequenas empresas. “O importante é a aprovação da reforma. Mas não vamos comprometer o resultado de 2018. Temos um teto de gastos e uma meta a cumprir. Elas limitam a concessão de benefícios”, garantiu.

Crescimento maior

Dyogo Oliveira acredita que a economia poderá crescer acima de 2,5% em 2018, mas tudo dependerá a aprovação da reforma da Previdência Social, que dará maior equilíbrio às contas públicas, aumentando a confiança dos agentes econômicos. Neste ano, segundo ele, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) “vai superar 1%”. As novas previsões devem constar no próximo relatório de avaliação bimestral de receitas e de despesas. As estimativas atuais do governo para a expansão do PIB são de 0,5%, em 2017, e de 2%, em 2018.

BB fará mudanças para ficar mais competitivo

Correio Braziliense - 08/12/2017

Após o desligamento de 9,4 mil empregados, além do fechamento de 402 agências, o que resultou numa economia estimada em R\$ 3,1 bilhões, o Banco do Brasil (BB) prepara uma nova reestruturação. Mais enxuta que a anterior, a reformulação terá foco no remanejamento de pessoal entre as diversas praças para reforçar o atendimento aos clientes onde há maior demanda. Os empregados que aceitarem a mudança receberão um incentivo financeiro para o deslocamento e, em alguns casos, podem ser até promovidos.

Também está em estudo a abertura de um novo programa de desligamento incentivado, com o pagamento de até 12 salários extras. A novidade é que o público-alvo irá além dos mais de oito mil empregados que já podem se aposentar. Quem ainda estiver na ativa e quiser deixar de trabalhar na instituição financeira, mesmo sem tempo de contribuição para solicitar um benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), poderá aderir ao plano de demissões. A ideia é similar ao plano de demissão voluntária oferecido pelo governo federal aos servidores públicos.

Interlocutores do presidente do BB, Paulo Rogério Caffarelli, explicaram que a medida é natural após um grande programa de reestruturação e terá como foco

umentar o nível de eficiência do banco público. Segundo um deles, algumas praças em que há menor demanda estão com excedente de mão de obra. Com isso, os funcionários receberão um estímulo para mudar de cidade ou estado. “Isso é muito comum nos bancos privados e nem tanto no BB. Queremos melhorar a qualidade do serviço prestado”, disse.

Além disso, a estratégia da instituição financeira é de reforçar ainda mais os escritórios digitais. Atualmente, 72,1% do total de acessos às contas é feito por dispositivos móveis e por computadores. Mais de 21 milhões de clientes, entre pessoas físicas e empresas, utilizam esses canais. Em março de 2011 eram 11,4 milhões. Portanto, houve um crescimento de 89% em seis anos.

Também está em discussão a instituição de uma comissão para os trabalhadores que vendem produtos e serviços para clientes, nos moldes da remuneração variável paga por bancos privados. As comissões já existentes não seriam alteradas. O leque de medidas em estudo ainda inclui a possibilidade de terceirização de alguns setores do banco, entretanto, não há uma definição sobre o tema e a tendência é de que o assunto não faça parte do programa em debate.

Todas as medidas ainda precisam ser votadas pelo Conselho Diretor do banco, formado pelo presidente e pelos vice-presidentes, além de apreciadas pelo Conselho de Administração e receber o aval da Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento.

Efeitos

Antes da primeira reestruturação, o BB gastava com a folha de pagamento pelo menos R\$ 3 bilhões a mais que os concorrentes diretos. No primeiro semestre de 2016, a instituição desembolsou R\$ 9,3 bilhões com a remuneração dos empregados. No mesmo período, os salários dos funcionários, somados aos encargos e benefícios, custaram ao Bradesco R\$ 6,5 bilhões, e ao Itaú Unibanco, R\$ 5,8 bilhões.

O balanço do terceiro trimestre do BB mostrou que as medidas tomadas no fim do ano passado influenciaram positivamente a rentabilidade da instituição financeira. Nos nove primeiros meses de 2017, em comparação com o mesmo período do ano passado, as despesas com pessoal encolheram 5,7%, passando de R\$ 15 bilhões para R\$ 14,1 bilhões. Já as despesas administrativas caíram 2,8%, de R\$ 24,2 bilhões para R\$ 23,5 bilhões. Com isso, o lucro líquido teve expansão de 11,8% e subiu de R\$ 7 bilhões para R\$ 7,9 bilhões.

Além de melhorar os resultados, o BB tem sido beneficiado pela retomada da geração de empregos e do crescimento. A inadimplência das operações de crédito acima de 90 dias caiu de 4,11%, no segundo trimestre, para 3,94% no terceiro trimestre deste ano, em movimento que interrompeu a trajetória ascendente iniciada em dezembro de 2016. Procurado, o BB informou “que não aprovou medidas que confirmem essas suposições”.

Fluxo em shoppings avançou 3% em novembro

DCI - 08/12/2017

O fluxo de pessoas em shopping centers subiu 3% em novembro, sobre um ano antes, e atingiu o quinto mês consecutivo de variação positiva, após quase dois anos de quedas consecutivas .

O resultado faz parte do Iflux - índice que mede a atividade comercial em shopping, desenvolvido pelo IBOPEInteligência e pela Mais Fluxo.

Perfil

A análise por tipo de shopping (perfil e competitividade) mostra que em novembro a maior variação positiva aconteceu entre os shoppings que atendem um perfil de público mais popular e entre os shoppings secundários, que não tem posicionamento definido. "Esses foram justamente os grupos de shopping que mais perderam fluxo nos últimos meses", dizia o relatório do Iflux.

No resultado por região, o Iflux é calculado em três mercados consolidados para o segmento: São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Destaque deste balanço foi para o Rio de Janeiro, que teve a segunda variação mensal positiva.

Inadimplência cai 2,4% em novembro

DCI - 08/12/2017

A inadimplência dos consumidores caiu 2,4% em novembro ante outubro, aponta pesquisa da Boa Vista SCPC, divulgada ontem. No acumulado dos últimos 12 meses, a queda foi de 3,5%.

Em comparação com novembro do ano passado, a quantidade de consumidores em inadimplência também teve retração, de 11,2%.

De acordo com o economista da Boa Vista SCPC, Flávio Calife, esse indicador, no entanto, não reflete uma melhora na renda do consumidor, e, sim, a baixa tomada de crédito, que, por sua vez, diminuiu também a quantidade de pessoas endividadas.

"Esse número representa uma certa estabilidade, principalmente em um momento com poucas elevações e quedas [em relação às variações dos indicadores econômicos]. Nossa avaliação é que a redução da concessão de crédito e a baixa na demanda são fatores determinantes, porque ao mesmo tempo que você tem menos pessoas contraindo dívidas, também temos menos consumidores inadimplentes."

Ainda segundo o economista, mesmo que a renda das famílias já não esteja caindo em um patamar expressivo, o baixo consumo influencia na evolução dos inadimplentes.

Perspectivas

Calife avalia que, para 2018, com uma retomada do mercado de crédito, puxada pela expectativa de recuperação econômica, o indicador pode apresentar crescimento.

"A partir do ano que vem, a tendência é subir o número de inadimplentes porque a tomada de crédito deve aumentar, em especial para pessoas físicas. Mas deve ser pouco, nada que signifique uma disparada", pondera o especialista.

Já no segundo semestre, o economista avalia que o estoque de inadimplência pode voltar a cair ou fique estável. "O pagamento de dívidas deve até crescer mais que o número de dívidas contraídas no início", finaliza.

Grandes bancos elevam uso do cartão para atrair mais clientes

DCI - 08/12/2017

Os grandes bancos tendem a elevar o foco no uso do cartão como porta de entrada de novos clientes. A exigência dos "millenials" e os novos players do mercado, porém, já pressionam a queda de preços, investimentos em tecnologia e aquisição de fintechs para 2018.

O movimento vem em linha, não somente com o surgimento de diversas startups financeiras no sistema financeiro, mas também com o crescimento do mercado de cartões e à rentabilidade do setor às instituições.

Só no terceiro trimestre, por exemplo, os quatro maiores bancos do País (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) somaram, juntos, mais de R\$ 7,63 bilhões em receitas com tarifas de cartões de crédito.

O valor é 3,3% maior do que o observado nos três meses imediatamente anteriores (R\$ 7,38 bilhões) e corresponde a mais do que 1/4 (27,1%) das receitas totais com prestação de serviços dessas instituições (R\$ 28,10 bilhões de julho a setembro).

De acordo com o consultor da Boanerges&Cia Vitor França, mesmo que a estratégia não seja nova no dia a dia bancário, o momento conjuntural favorece maiores apostas do sistema brasileiro em atrair novos clientes e correntistas.

"Há uma recuperação do consumo e, com o crescimento cada vez mais forte do mercado de cartões, é natural o banco investir nesse produto", explica o especialista e pondera que, além disso, "é um momento forte de novos players no mercado".

Dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), por exemplo, apontam que o volume de transações feitas tanto com o cartão de crédito, quanto no de débito avançaram mais de 7,5% de

janeiro a setembro deste ano com relação a igual período de 2016 (de 9,09 milhões para 9,77 milhões).

"A associação do sistema financeiro à tecnologia e aos millenials traz à tona a peculiaridade de rentabilidade que um cartão tem para os grandes bancos. É mais fácil colocar um cartão na mão do cliente do que tentar fazê-lo adotar uma conta corrente, e qualquer uso que ele faça, já gera uma receita importante", avalia França.

Nessa linha, a expectativa de que os grandes bancos estimulem suas ofertas de cartão de crédito e tentem atrair mais clientes para sua base já é vista e deve se concretizar de forma mais significativa em 2018.

Segundo o diretor de meios de pagamentos do Banco do Brasil (BB), Rogério Panca, a visão de trabalhar com não-correntistas é uma forma importante de atuar entre os millenials e trazer maior acesso ao mercado de meios de pagamento.

"Isso corrobora com o posicionamento mais digital que os bancos estão adotando. Além disso, a migração de um cliente de cartão para correntista é natural e cada vez mais frequente", diz Panca.

Ele pontua ainda que só a conta digital do banco - a Conta Fácil BB, lançada em novembro do ano passado - já possui mais de 1,4 milhão de inscrições, nenhuma sendo de consumidores já clientes do banco.

"Todos esses novos clientes entraram no banco pela 'porta' do cartão digital e muitos deles já evoluíram para a conta completa do BB. A indústria desponta um crescimento de 7,5% e a projeção é de alta de dois dígitos para 2018. Isso estimula não só o Banco do Brasil, mas todo o sistema a atuar com maior afinco no próximo ano", completa.

Desafios

Por outro lado, a entrada de players mais tecnológicos e menos custosos no mercado pressiona uma postura diferente dos bancos mais tradicionais.

Em novembro, segundo o FintechLab, foi registrado um aumento de 36% no número de fintechs em todo o País em relação a fevereiro, de 244 para 332 startups financeiras.

Para o professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) Silvio Paixão, a pressão dessas startups financeiras tende a gerar uma queda, não apenas nas cobranças de anuidade pelos grandes bancos, mas também nos próprios juros de crédito parcelado e rotativo.

"A indústria precisará adquirir outra dinâmica em 2018 e 2019, na medida que a economia demonstre mais sinalizações de melhora. E isso vem de tal forma

que a rentabilidade com os cartões vai mudar para um patamar menor, mesmo que o risco continue estável", explica o professor.

Ao mesmo tempo, os especialistas ponderam que o movimento "não virá facilmente", principalmente pela queda já vista nos juros, puxada pela menor taxa básica de juros (Selic). Segundo dados do Banco Central, os juros do cartão de crédito para pessoas físicas alcançaram, em outubro, o menor patamar em mais de dois anos - 76,4% ao ano (4,8% ao mês).

"Como o foco em rentabilidade não muda, o viés é de trazer as soluções digitais. Os bancos devem mudar seu modelo de negócio em 2018 e, ante à dificuldade em acompanhar a velocidade das inovações, tendem a estudar a aquisição das fintechs. Para manter taxas, é a única saída viável", completa França.

Contatados pelo DCI, Santander, Bradesco, Itaú e Caixa preferiram não se pronunciar.

Sindicatos reagem a demissões no primeiro mês da reforma trabalhista

Valor Econômico - 08/12/2017

Com menos de um mês de vigência de nova legislação estabelecida pela reforma trabalhista, recentes demissões de professores pela universidade Estácio e de profissionais da saúde pela Rede D'Or e de hospitais do grupo Leforte começam a despertar reações do movimento sindical.

O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-RJ) organizou ontem assembleia com cerca de 100 dos 1,5 mil docentes mandados embora pela Estácio e já traça uma série de ações, o que inclui acionar o Ministério Público do Trabalho (MPT), auxiliar os demitidos em ações judiciais individuais e coletivas e promover manifestações em frente dos campi da Estácio nos próximos dias.

Segundo relato de Márcio Franco, diretor da entidade, os professores demitidos manifestaram indignação no encontro e reclamaram da condução dos desligamentos. "Teve profissional que recebeu comunicado enquanto estava em sala de aula, outros nos corredores. É algo absolutamente inaceitável partindo de qualquer instituição, muito menos uma educacional", diz Franco.

Na segunda-feira o MPT no Rio fará audiência pública para discutir o caso da Estácio. Ao longo da semana que vem, alunos da instituição prometem manifestações de apoio aos professores. Na outra semana o tema será pauta de reunião da Comissão de Trabalho da Assembleia Legislativa do Rio.

As demissões na Estácio representam pelo menos 10% do corpo docente da instituição, que argumenta que elas "foram pautadas pelo cumprimento da legislação trabalhista vigente e pelo respeito aos profissionais devido a um processo de reorganização da base docentes do grupo, não um desligamento em massa para se beneficiar das novas regras trabalhistas." A reforma

trabalhista determinou que não seria mais necessário consultar o sindicato da categoria antes de uma demissão em massa. A Estácio acrescenta que serão contratados novos profissionais por salários "compatíveis com a média de mercado".

O Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo (SindSaude-SP) informou que monitora as demissões já conhecidas de médicos e fisioterapeutas da Rede D'Or e planeja manifestações e paralisações como resposta. "Estão aproveitando as regras novas para ampliar a 'pejotização'", disse uma fonte do sindicato.

O SindSaude-SP lembrou que logo após o início da vigência da reforma trabalhista, os hospitais do grupo Leforte mandaram embora mais de cem médicos, fisioterapeutas e outros profissionais. A decisão foi revertida por liminar após atuação do sindicato.

Em Catalão (GO), onde a montadora Mitsubishi tem fábrica, o Sindicato dos Metalúrgicos antecipou em três meses a campanha salarial, cuja data-base é novembro, para evitar que as negociações coincidisse com a reforma trabalhista. "Mesmo assim a empresa tentou criar uma comissão de trabalhadores para discutir o programa de participação nos lucros. Houve paralisação de oito dias e pressão dos trabalhadores. O acordo coletivo foi aprovado integralmente com base na legislação anterior, inclusive a definição da PLR", disse Juliana Barbosa, assessora do sindicato.

O diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, conta que ainda são dispersas as respostas de sindicatos e centrais sindicais às recentes notícias de demissões coletivas na esteira da reforma.

"São reações. Elas vão acontecendo no local de trabalho, algumas lideradas pelos próprios trabalhadores sem representação de sindicatos e outras com mais organização, com o envolvimento do movimento sindical. O que fica é a mensagem de que os sindicatos precisam se reorganizar diante das mudanças do mercado de trabalho", avalia o economista.

Central dos Sindicatos Brasileiros entra com ação contra Estácio

Valor Econômico - 08/12/2017

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) protocolou na quinta-feira uma ação civil pública contra a empresa de educação Estácio, por conta das demissões de professores.

A CSB argumenta que as demissões foram efetuadas sem negociação prévia.

A Estácio informou na noite de quarta-feira que a "reestruturação em curso não foi motivada pelas novas regras vigentes em decorrência da reforma trabalhista". Segundo a companhia, as novas contratações para o próximo ano letivo ocorrerão no mesmo regime de trabalho dos funcionários demitidos.

Barril de pólvora

O Estado de S.Paulo 08/12/2017

Fernando Dantas

Segundo informações que circularam na manhã desta quinta-feira, a reforma da Previdência não contava nem com 250 votos garantidos na Câmara, muito distante dos 308 necessários. Contagens mais pessimistas desenhavam um quadro ainda pior para o governo.

Por outro lado, cerca de 60 votos adicionais eram considerados passíveis de serem conquistados, e cerca de 200 eram contrários (ou tendiam a ser) à reforma da Previdência.

O governo precisa de 308 votos para aprovar a reforma da Previdência na primeira votação na Câmara. E a oposição precisa de 206 votos para impedir que isso ocorra. Numa conta simples, dá para notar que Michel Temer e seus auxiliares têm de conquistar praticamente todos os votos dos indecisos para saírem vitoriosos, e mesmo assim vão para uma votação apertadíssima.

Não é à toa, portanto, que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já fala em deixar a votação da reforma da Previdência para 2018. É um "timing" curioso, entretanto, já que dez em dez analistas da cena política repetem há muito tempo que, se a Previdência não for votada em 2017, fica para o próximo governo, já que, em ano eleitoral, seria impensável colocar em votação algo tão delicado para parlamentares em busca da reeleição.

Como a política está muito longe de ser uma ciência exata, quem sabe toda a sabedoria convencional sobre reformas da Previdência e anos eleitorais esteja prestes a ser posta de pernas para o ar em 2018. Mas não parece uma hipótese provável, razão pela qual o mercado financeiro operou com muito nervosismo ontem, com o dólar batendo numa máxima de R\$ 3,315 e o índice Ibovespa chegando a cair 2,6% (no fim da tarde, o clima já era mais tranquilo, e o dólar era cotado a R\$ 3,289 e a Bolsa caía 0,93%).

A reação inicial do mercado, entretanto, não deve ser desconsiderada. Participantes de reconhecido prestígio e competência, como Arminio Fraga, consideram que há complacência de investidores e operadores em relação aos riscos que a economia brasileira corre. Arminio considera o quadro fiscal gravíssimo, e pensa que são poucos os analistas que introjetaram o real tamanho do problema.

E, de fato, os números dão razão ao ex-diretor do BC. Entre 2000 e 2008, as receitas reais do governo federal cresceram em média a um ritmo quase um

ponto porcentual mais rápido do que o da expansão das despesas. De 2009 a 2016, as receitas cresceram em média numa velocidade 4,3 pontos porcentuais inferior à das despesas. Em outras palavras, o crescimento da despesa “passou de passagem” e deixou a receita comendo poeira.

Alguém pode alegar que isso se deveu à terrível recessão que oficialmente durou de meados de 2014 ao fim de 2016, e que derrubou a arrecadação. E, de fato, a despesa correu mais de 8 pontos porcentuais à frente da receita em 2014 e 2015, e mais de 9 pontos em 2016.

Porém, mesmo em 2012 e 2013, quando a economia se desacelerou, mas ainda estava longe de caracterizar uma situação recessiva, a receita cresceu a um ritmo inferior ao da despesa em, respectivamente, 3,9 pontos e 1,5 ponto porcentuais.

O que provavelmente ocorreu a partir de 2012 é o que alguns economistas chamam de “mudança de regime”. O ritmo de crescimento da receita e da despesa, que por alguns anos fora equilibrado em razão de uma série de fatores ligados ao boom de commodities, mudou de forma duradoura. Não há como voltar no tempo, e o Brasil de hoje está diante da necessidade de fazer um ajuste fiscal primário (exclui juros) da ordem de cinco a seis pontos porcentuais do PIB, como lembrou ontem Arminio, o que é um esforço monumental.

A reforma da Previdência é apenas o primeiro passo na longa e dolorosa jornada desse ajuste dramaticamente necessário. Os deputados que se recusam a apoiar a reforma dançam em cima de um barril de pólvora.

A reforma, a síndrome Kandir e coisas mais

O Estado de S.Paulo - 08/12/2017

Celso Ming

O governo federal manobra para arrancar do Congresso alguma reforma da Previdência Social ainda em 2017.

Todos os argumentos técnicos foram repetidos à exaustão. A reforma é exigência da aritmética. Como está, a conta não fecha. A despesa da Previdência Social consome 64% das receitas do governo federal e o rombo cresce cerca de R\$ 50 bilhões por ano. A falta de avanço nessa matéria compromete o futuro dos jovens que iniciam as atividades profissionais agora e, mais ainda, o das gerações seguintes. Cálculos da Fazenda mostram que, se nada se fizer, em 2035 a contribuição do trabalhador ao INSS teria de subir a 60% do salário bruto só para bancar as aposentadorias. Até agora, nenhum economista contestou essa conta.

Na semana passada, o IBGE revelou mais um imperativo demográfico que exige a reforma. Em apenas um ano – o de 2016 –, a expectativa de vida ao nascer aumentou em mais 3 meses e 11 dias: para 72,2 anos, no caso dos

homens; e para 79,4 anos, no das mulheres. Ou seja, continua aumentando o tempo em que o sistema tem de pagar aposentadoria.

Daqui a alguns anos, os políticos que agora se opuserem a esse encontro de contas correm o risco de serem lembrados como sabotadores da aposentadoria dos brasileiros. Em 1998, aparentemente para atender a pressões da colônia armênia, o então deputado federal tucano Antônio Kandir votou contra a reforma, embora seu partido tenha fechado questão sobre a matéria. Deu depois a desculpa esfarrapada de que apertara o botão errado. Com isso, a aprovação do projeto de reforma da Previdência acabou por ser rejeitado na Câmara dos Deputados, por apenas 1 voto.

O PT é contra porque é contra, e não por convicção ideológica. Em 2016, Dilma avisou que a reforma da Previdência era absolutamente necessária e encarregou o então ministro Joaquim Levy de colocar em marcha o processo de aprovação. Portanto, naquela ocasião, o PT, partido da então presidente da República, era a favor. Hoje, mesmo após o agravamento das contas, o PT mantém oposição sistemática ao governo, mesmo em matéria de tamanha importância.

O PT não está sozinho. O PSDB também vacila, como atesta o atual presidente dos tucanos, Alberto Goldman. Mas esse é um caso para psicanálise, que, aí, também pode ser chamado de síndrome Kandir. E há a turma da fisiologia que apenas vê no projeto da reforma chance para extorquir facilidades do governo.

Convém passar mais um aviso aos navegantes. Mesmo que seja aprovado algo mais do que o desidratado projeto de reforma, o rombo estará longe de ser equacionado. Será só um pasito na direção correta. Os fatores estruturais responsáveis pelos atuais déficits se aprofundam. Entre os efeitos da transformação das relações de trabalho está a maior dificuldade de garantir contribuições ao sistema. E a demografia também trabalha contra. A população envelhece, vive mais e consumirá mais tempo de aposentadoria.

Mais à frente, novas e profundas reformas terão de ser feitas para que a cobertura das despesas da Previdência dê conta do recado.

» O céu é o limite?

Está enlouquecido o mercado do bitcoin. Apenas nos cinco primeiros dias úteis de dezembro, a alta da moeda foi de 40,39%. No ano, vai para 1.915%. A perspectiva de criação de um mercado futuro, por meio do qual se poderá fazer hedge (defesa) parece ter alavancado a demanda de bitcoins. O projeto de instituição de uma criptomoeda pela Venezuela, o petro, é a primeira tentativa de um governo oficial de operar com a novidade. Tem tudo para dar errado, mas é uma indicação de que a ideia pode ir longe.

Política monetária sem compulsórios

Valor Econômico - 08/12/2017

Felipe Rezende

Estão em discussão uma série de propostas, conhecidas como agenda BC+, para aprimorar o ambiente regulatório e a eficiência do sistema bancário brasileiro. Um dos itens em discussão na equipe econômica do governo é a diminuição do recolhimento obrigatório ao Banco Central (BC). Embora os depósitos compulsórios estejam em desuso no mundo, eles são amplamente utilizados no Brasil e as alíquotas de recolhimento vigentes estão entre as maiores dentre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No Brasil, os percentuais de recolhimento do depósito compulsório, que são definidos pelo BC, são os seguintes: depósitos à vista 45%; depósitos a prazo, 36%; e depósitos de poupança, 30%. Entretanto, países como Canadá, Reino Unido, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, e México possuem uma alíquota de 0% sobre recolhimento dos depósitos à vista.

De acordo com o BC, o volume total de recolhimentos compulsórios de instituições financeiras somaram R\$ 472 bilhões em setembro. Nesse período, o volume dos compulsórios sobre depósitos a prazo depositados no BC somou R\$ 236 bilhões, enquanto que compulsórios sobre depósitos a vista somaram R\$ 72 bilhões, e os sobre depósitos de poupança, R\$ 164 bilhões.

Atualmente, cerca de 83% dos depósitos compulsórios são remunerados pelo BC e o custo de remuneração de compulsórios remunerados e não-remunerados em agosto foi de 7% ao ano enquanto que a taxa Selic efetiva foi de 9,9% ao ano. Dessa forma, a imposição de recolhimentos compulsórios contribui para elevar o spread bancário e causa distorções no mercado financeiro.

Embora no modelo atual os principais instrumentos de execução da política monetária utilizados no Brasil sejam os depósitos compulsórios e as operações compromissadas, é fundamental a revisão das alíquotas e sua eventual eliminação.

Notem que quando há mudanças nas regras dos depósitos compulsórios há um impacto correspondente no saldo das reservas bancárias. Por exemplo, a redução das alíquotas ao final de 2008 e início de 2009 - visando compensar a falta de liquidez gerada pela crise financeira internacional - causou um aumento de reservas bancárias disponíveis e um aumento do saldo das operações compromissadas. Como essas operações fazem parte da dívida bruta do governo geral, houve um aumento do indicador de dívida bruta.

O contrário aconteceu no período de aumento das alíquotas dos depósitos compulsórios entre 2010-2012. Entretanto, isso não deveria ser confundido como indicador da política fiscal efetiva, uma vez que tal operação decorre da gestão da política monetária. Isso significa que no modelo atual a simples alteração das regras do compulsório leva a alterações significativas no

indicador de dívida bruta do governo sem haver mudanças efetivas na postura fiscal.

De modo geral, movimentações da conta única do Tesouro, emissões primárias de títulos, papel moeda em poder do público, assim como toda operação do BC que afete o saldo das reservas bancárias levam à expansão ou contração da base monetária. Dessa forma, no modelo atual, o BC é obrigado a realizar operações compromissadas para manter a Selic efetiva próxima da meta definida pelo Copom. Entretanto as operações envolvendo a conta única do Tesouro e a emissão primária de títulos públicos competem ao Tesouro. As variáveis restantes - tal qual a gestão de reservas, operações de swap cambial e juros sobre as operações compromissadas - dizem respeito à ação do BC. Logo, é fundamental distinguir aumentos da dívida causados por intervenções do Tesouro ou do BC.

Quais seriam os efeitos de uma eventual eliminação dos compulsórios? Haveria um aumento das reservas bancárias na forma de depósitos não remunerados no BC. Isso iria gerar um excesso de reservas bancárias, que no caso da não intervenção do BC, faz com que a taxa de juros overnight, Selic, caia a zero. O BC então é forçado a vender títulos na sua carteira para remover o excesso de reservas até que a taxa de juros praticada pelo mercado fique próxima da meta. Mas a elevação das operações compromissadas em função da liberação de compulsórios aumentaria a dívida bruta. Em setembro, o saldo das compromissadas foi equivalente a 17,6% do PIB ou, R\$ 1,076 trilhão em valores nominais.

Uma alternativa à esse modelo seria a criação de depósitos remunerados nas contas que os bancos mantém no BC, pois, neste caso, não haveria a necessidade da emissão de títulos públicos seja de forma definitiva ou compromissada para remover as reservas excedentes. Notem que a criação de depósitos voluntários no BC impacta a dívida líquida, mas não a bruta.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, anunciou recentemente que embora o modelo atual esteja sob revisão, há a preocupação de que a eventual redução da alíquota dos compulsórios amplie o volume de reservas bancárias, o que levaria a um aumento do crédito concedido pelos bancos. Entretanto, a experiência internacional mostra o contrário. Apesar da forte expansão das reservas bancárias promovidas tanto pelo banco central americano quanto pelo banco central do Japão, a expansão do crédito foi modesta.

Ademais, há uma ampla literatura que mostra que o nível agregado de reservas bancárias não impede a concessão de novos empréstimos pelos bancos. Dado que as reservas bancárias tenham a mesma remuneração do alvo da Selic, elas tornam-se substitutas quase perfeitas para os títulos públicos.

Há outro fator que não deve ser ignorado. Como os depósitos compulsórios são um dos fatores que elevam o custo das instituições financeiras, a sua eliminação contribuiria para diminuir o spread bancário - ou seja, a diferença entre a taxa que a instituição financeira paga ao captar recursos e a que cobra dos clientes em suas operações - que é um dos maiores do mundo.

Dessa forma, a implementação de depósitos voluntários remunerados no BC permite a eliminação dos recolhimentos compulsórios como instrumento de política monetária e contribui para a eficiência do sistema bancário brasileiro.

O destroçado sistema americano

Valor Econômico - 08/12/2017

Bradford DeLong

O projeto de lei tributário que os republicanos americanos tem defendido obstinadamente no Congresso não tem tanta importância quanto muitos afirmam. Trata-se de uma notícia de média relevância. A grande notícia - a notícia muito mais relevante e ameaçadora - é outra.

Claro, relevância média não é irrelevância. Se o projeto de lei tributário vencer seu obstáculo final - uma comissão precisa conciliar o projeto aprovado pelo Senado com o da Câmara dos Deputados - e tornar-se lei, irá complicar consideravelmente o sistema tributário, pois abre muitas brechas. Ele não terá impacto sobre o crescimento econômico - positivo ou negativo -, mas produziria um impacto nas finanças do governo, fazendo com que as receitas diminuíssem o equivalente a cerca de 1% da renda nacional.

Os recursos perdidos provavelmente seriam transferidos para o 1% superior da distribuição de renda, aumentando de 22% para 23% sua participação na receita total. O 0,01% mais rico provavelmente seria o mais beneficiado, e sua participação na receita aumentaria de 5,1% para 5,5%. Nesse sentido, o plano tributário seria mais um tijolo - não um tijolo enorme, mas um tijolo de tamanho médio - na cada vez mais inexpugnável fortaleza da plutocracia americana.

Mas o projeto de lei talvez não se converta em lei. Considere os esforços dos republicanos no início deste ano visando revogar e substituir a Lei de Saúde Acessível (Obamacare) - um esforço que, agora parece claro, foi puro jogo de Dingbat Kabuki.

Os republicanos na verdade não queriam assumir a responsabilidade pela mudança no sistema de financiamento de cuidados de saúde, muito menos deixar sua própria base eleitoral destituída de cuidados de saúde. Mas o braço propagandístico do partido empenhou-se tão fortemente em convencer sua base de que o Obamacare representava um perigo claro e presente para o país, que seus líderes tiveram que agir como se estivessem fazendo um esforço sério para cumprir sua promessa de revogá-lo e substituí-lo.

Assim, a maioria dos republicanos na Câmara votou a favor do projeto de lei, esperando, com razoável confiança, que ele seria bloqueado no Senado de 100 membros, onde menos de 40 dos 52 republicanos queriam efetivamente que ele fosse aprovado. Se algum dos três senadores republicanos que votaram contra o projeto de lei - John McCain, Susan Collins ou Lisa Murkowski, do Alasca - assumissem uma posição diferente, provavelmente haveria cerca de cinco outros que teriam agido para derrubar o projeto de lei.

O mesmo pode estar acontecendo com a reforma tributária. Ela depende de se pelo menos três dos dez senadores republicanos que levantaram objeções estão falando sério ou estão jogando um Dingbat Kabuki diferente: tentando enganar seus eleitores levando-os a pensar que eles fizeram o possível e o impossível para tentar ajudá-los, e não são fantoches de Mitch McConnell, líder da maioria do Senado.

Mas, independentemente de o projeto de lei tributário sobreviver ao processo de conciliação e tornar-se lei, a grande notícia não mudará: o modelo anglo-saxão de governo representativo está com sérios problemas. E não há solução à vista.

Durante cerca de 400 anos, o modelo de governança anglo-saxão - exemplificado pelo semi-principado republicano da Holanda, pela monarquia constitucional britânica e pela república constitucional dos EUA - foi amplamente considerado como tendo atingido o ponto ideal de liberdade, segurança e prosperidade. Quanto maior a divergência em relação a esse modelo, a experiência histórica pareceu confirmar, maior a probabilidade de repressão, insegurança e pobreza. Assim, recomendava-se frequente e enfaticamente aos países emular essas instituições.

Ninguém ousaria oferecer esse mesmo conselho hoje. O Reino Unido, tendo sido jogado em austeridade devastadora por líderes conservadores e liberais após a crise econômica mundial, agora está sendo conduzido pelos conservadores a um Brexit confuso e prejudicial. E nos EUA, a eleição do presidente Donald Trump anunciou a era dos "fatos alternativos" e "governança por tweet", supervisionada por um líder errático e ignorante que está claramente numa grande enrascada.

Quando Trump foi eleito, alguns argumentaram que não seria, necessariamente, um desastre. Afinal, apontaram os otimistas, o presidente Ronald Reagan tinha sido mais um "chefe de Estado" do que um "executivo-chefe", assim como George W Bush.

Por mais conflituoso que um Trump chefe de Estado pudesse ser, de acordo com esse ponto de vista, ele não destruiria o eixo das políticas, porque eleger um presidente republicano é mais como eleger o establishment do Partido Republicano. E essa bancada mostrou-se muito profunda e competente, apesar do seu enfraquecimento nos últimos anos.

Os otimistas estavam errados. Após quase um ano de controle das duas casas do Congresso e da Casa Branca, os republicanos não alcançaram nenhum dos seus quatro objetivos políticos: revogação e substituição do Obamacare, desenvolvimento da infraestrutura, reforma da política comercial e uma reforma tributária. Isso aponta para um sistema devastado de política e governança, um sistema que os americanos parecem não ter ideia de como consertar.

Os EUA continuam sendo a superpotência mais poderosa do mundo. Mas as dúvidas estão se intensificando sobre se os americanos ainda estão

capacitados para a missão. Nesse contexto, a reforma tributária dos republicanos, por mais que seja economicamente indefensável e descaradamente injusta, está longe da maior preocupação dos EUA.

Os juros na ponta **O Globo - 08/12/2017**

Míriam Leitão

Com a queda da Selic ao seu nível mais baixo, a pergunta passou a ser por que essa queda não chega ao consumidor dos serviços bancários. A Febraban contratou um estudo para sustentar, com números, a tese de que o país é que tem erros regulatórios e legais que impedem a queda do spread. Quatro bancos controlam 72% dos ativos, mas eles dizem que não há correlação entre concentração e juros altos.

A Febraban tem muitos argumentos em sua defesa. Alguns são bons. Todos juntos não são suficientes para explicar a maior distância entre os custos de captação e de empréstimos, ou seja, o maior spread do mundo. A explicação dos bancos é que o Brasil tem excepcionalidades demais: o mais alto compulsório, uma taxa grande de inadimplência, dificuldades judiciais para executar as garantias e muito imposto. É o que diz o presidente da Febraban, Murilo Portugal. Ele discorda de que a concentração bancária explique parte da anomalia brasileira.

— Reconhecemos que o sistema bancário é concentrado. Aqui e no mundo. Como todo setor intensivo em capital. Mas concentração não necessariamente leva à falta de competição — diz Portugal.

Evidentemente que sim, a concentração num setor onde é difícil e trabalhoso trocar de fornecedor do serviço, como o setor bancário, reduz a competição. E isso perpetua preços altos demais:

— Se fosse verdade isso — argumentou Portugal — teria que haver um conluio entre os bancos públicos, que juntos controlam 55% do mercado, com os bancos privados.

Na verdade, não é preciso haver conluio. O ambiente dominado por quatro bancos (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Caixa) tem naturalmente barreiras à entrada e leva a um comportamento de acomodação natural.

A Febraban defende a tese de que os excessivos problemas no mercado de crédito é que levam às taxas altas.

— A pergunta deveria ser por que os custos de intermediação são tão altos. No Brasil, 55% do spread é explicado pelo custo da inadimplência. Além de ser alta, é difícil executar as garantias. No empréstimo para a compra de carro, que é mais fácil, só se consegue recuperar 20% — diz Murilo Portugal.

No estudo contratado por eles junto à consultoria Accenture há uma tabela comparativa com outros 12 países, como Estados Unidos, Alemanha, México, Austrália, Índia, em que o Brasil aparece com o maior percentual de custo de provisão para devedores duvidosos.

— Não é apenas mais alto entre todos os países analisados, é quatro vezes maior do que a média do custo em outros países — diz o presidente da Febraban.

Argumentei que se é verdade que o custo da inadimplência é o mais alto do mundo, o Brasil é um país de caloteiros e eles, bancos, são péssimos na avaliação do risco de crédito. Há sim algumas jabuticabas. Por exemplo, a Receita exige que os bancos paguem Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido sobre o dinheiro provisionado. O Banco Central exige que, se o pagamento atrasa, o banco faça provisão para a hipótese de o empréstimo ser quitado, mas a Receita exige que se pague imposto sobre esse valor que foi imobilizado. Ainda assim, a inadimplência que chegou a 7,2% na pessoa física e 5,96% na pessoa jurídica não pode explicar mais da metade do spread.

A Febraban é capaz de passar horas justificando através de diversos indicadores e de inúmeros dados, de estudos contratados por eles, que os bancos brasileiros não são vilões, mas vítimas de um ambiente de negócios cheio de distorções e de um mercado com muitos problemas. No Brasil, o ambiente de negócios é difícil para todas as empresas, mas o mercado de intermediação financeira está mudando muito. As cooperativas cresceram na crise, e as Fintechs estão se ampliando. Os bancos terão mais concorrência.

Enquanto a taxa Selic caiu à metade, o crédito consignado de funcionário público, cuja garantia é o salário do servidor, caiu de 28%, em outubro de 2015, para 24,9% em outubro deste ano, o crédito pessoal caiu de 52,9% para 49,1%, segundo o Banco Central. Houve segmentos com queda forte, como capital de giro para empresas, que saiu de 27,2% para 19,7%. Houve quedas em todas as linhas, mas nada na dimensão da redução da Selic que chega agora ao seu menor patamar.

'Reforma voltada a interesses de terceiros'

DCI - 08/12/2017

Liliana Lavoratti

A Reforma da Previdência é necessária para adequar o sistema às futuras gerações, sob pena de se tornar atuarialmente insustentável. Porém, a atual proposta em votação no Congresso está longe de refletir a necessidade do país e do sistema, afirma o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli. "As mudanças em debate são mais voltadas aos interesses de terceiros e sem preocupação com o sistema, que vem sendo sugado pela corrupção e pela dívida pública constantemente, sem qualquer ato público do governo federal para obstar tais problemas. E falta eleger prioridades", enfatiza o diretor da entidade.

'Igualar o inigualável'

Outra crítica do IBDP, sediado em Porto Alegre (RS) - de "cunho científico-jurídico" -, diz respeito à redução de benefícios sociais. "Em um país em desenvolvimento, retirar benefícios sociais é ir de encontro à história de nações desenvolvidas. É querer igualar o ainda inigualável", afirma Diego Cherulli. "Caso o projeto atual seja aprovado, estaremos diante da desproteção do risco laboral e social. Será o início do fim da ordem social constitucional, que deixou de atender aos anseios do povo para atender às demandas de grandes e ocultos investidores", sublinha.

'Longe da necessidade real e social'

Ainda de acordo com o advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, "todos estão cientes dos malefícios sociais e jurídicos do projeto, que não foca na necessidade real e social, mas sim a financeira de grandes grupos econômicos". Segundo o dirigente, a entidade apresentou ao governo federal propostas no âmbito da reforma, como regras de transição, regras de arrecadação e a necessidade de evitar reformas pontuais. O IBDP critica ainda da possibilidade de o governo usar para a assistência social até 30% do orçamento previdenciário.

Internet das Coisas ...

Durante o primeiro ChipCon'17, realizado pela Chipus Microeletrônica dias atrás em Florianópolis (SC), especialistas internacionais destacaram a importância dos chips para o desenvolvimento da Internet das Coisas (IoT) e indústria 4.0 no Brasil. O mercado de semicondutores - ou chips - em escala global está em franca ascensão. Hoje, existem em média de três a quatro chips por habitante, presentes em diversos tipos de aplicação que vão desde o smartphone até um carro com sistema conectado à internet. E isso irá aumentar.

...e nosso complexo de vira lata

De acordo com José Scodiero, CEO e cofundador da Fast Company Brazil, empresa que representa a ARM e Synopsys no Brasil, o País pode surfar nessa mesma onda de desenvolvimento. Porém, precisa acreditar mais no potencial das próprias organizações brasileiras, enquanto promotoras dos insumos necessários para produzir soluções em ambos os segmentos de IoT e indústria 4.0. "A gente não confia na nossa própria indústria e precisamos mudar essa mentalidade", provoca.

FMI sugere que bancos da China ampliem reservas para evitar crise

Valor Econômico - 08/12/2017

Na mais ampla revisão do sistema financeiro da China desde 2011, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou aos bancos do país que fortaleçam

suas reservas de capital para além dos requisitos globais para evitar um choque na economia após o "boom" de crédito.

Segundo o Fundo, nos últimos seis anos a evolução do sistema financeiro chinês reflete um conflito entre a manutenção das altas taxas de crescimento do PIB e a contenção dos riscos financeiros.

De um lado, as autoridades incentivaram o crédito para preservar o aquecimento da atividade econômica e prosseguiram com a liberalização financeira, mas, ao mesmo tempo, pressionaram produtos e setores considerados arriscados.

O crescimento do crédito vem superando amplamente a expansão da economia chinesa. No fim de 2016, os ativos bancários totalizaram quase 310% do PIB. Isso significa US\$ 34,7 trilhões, ante um PIB de US\$ 11,2 trilhões. O sistema financeiro como um todo cresceu rapidamente em tamanho e complexidade, aproximando-se de 470% do PIB no ano passado, de 263% em 2011, muito em função da proliferação de produtos de investimento de instituições não bancárias, incluindo gestão de ativos e empresas de seguros, bem como o aumento das interconexões entre as empresas.

"O sistema financeiro [da China] é caracterizado por um alto grau de propriedade e controle do governo, o que complica significativamente a avaliação de preços de ativos de risco. Os quatro grandes bancos são de propriedade estatal majoritária, enquanto os governos locais têm participações importantes em bancos de nível inferior e, em muitos casos, possuem seus controles. Não existe, portanto, uma concorrência substancial entre bancos totalmente privados e de propriedade pública", diz.

O FMI realizou testes de estresse em 33 bancos chineses (74% dos ativos do setor financeiro) e descobriu que 27 estão subcapitalizados em relação ao que seria necessário em um cenário crítico.

Entretanto, os quatro maiores bancos, que têm bases de depósito maiores e mais estáveis (incluindo o Banco Industrial e Comercial da China, o maior do mundo em ativos), se beneficiam de custos de financiamento mais baixos e possuem capital adequado. O risco está nos médios e pequenos, diz a instituição.

Apesar de o Fundo elogiar as autoridades chinesas pela implementação dos padrões de capital da Basileia 3, exortou o país a ampliá-los para além do que as regras exigem, embora os potenciais déficits pareçam gerenciáveis. A sugestão feita é um aumento dos ativos ponderados pelo risco em seus bancos em 0,5% a 1% nos próximos 12 meses.

Segundo o FMI, a política governamental tem apoiado empresas não viáveis e os empréstimos de risco estão em ascensão fora dos bancos chineses ("shadow banking"), o que leva os investidores de varejo a acreditar que a dívida das empresas estatais chinesas tem uma espécie de garantia implícita.

A retirada dessa garantia "pode culminar no aumento da inadimplência e em pressão de funding nos bancos", segundo o relatório. O Banco Popular da China (BC do país) questionou a conclusão do FMI ao dizer que os testes de estresse comentados no relatório não refletem completamente os resultados dos testes.

Demais países têm de fazer avançar a OMC, diz Azevêdo

Valor Econômico - 08/12/2017

A decisão dos EUA, sob a Presidência de Donald Trump, de priorizar acordos comerciais bilaterais não paralisa a Organização Mundial do Comércio (OMC). E seus outros 163 países membros precisam seguir ativos e impulsionar as negociações globais. mesmo sem a maior economia do mundo, que responde por 15% do comércio global. É o que sinaliza o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, em entrevista ao Valor às vésperas de partir a Buenos Aires, para a conferência ministerial da entidade. A reunião, que ocorre a cada dois anos, tentará ao menos pavimentar o terreno para futuros acordos. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: A conferência de Buenos Aires ocorre num cenário global incerto e com a OMC sendo contestada pelos EUA. O que esperar?

Roberto Azevêdo: Conferência ministerial sempre é complexa, sobretudo aquelas em que esperamos conseguir resultados concretos, e é o caso de Buenos Aires. Muita coisa estará acontecendo lá ao mesmo tempo. E tudo isso vai ser dar num contexto econômico arriscado. Vamos ter em 2017 números melhores do que do ano passado, tanto em termos de crescimento econômico quanto de expansão de comércio. A OMC revisou as projeções para cima, de 2,4% para 3,6%, no fluxo do comércio internacional. Mas ainda há muitos riscos pelo caminho. Riscos geopolíticos, sem dúvida. Tivemos problemas climáticos no Caribe, o que é um custo. Temos riscos de aperto de política monetária e fiscal em alguns países. Todos esses riscos estão presentes e podem atrapalhar um pouco a retomada de crescimento econômico e comercial global. Mas não podemos esperar que as conferências ministeriais venham a ocorrer em cenário perfeito. Vamos tentar colher resultados em Buenos Aires, mas também preparar o trabalho para o que vai acontecer depois.

Valor: E o elefante na sala, que é a contestação hoje dos EUA ao multilateralismo e a noção americana de que acordos globais não dão resultado importante para eles?

Azevêdo: Bom, não podemos esperar que na OMC todos os países estejam atuando de maneira ativa, propositiva, porque os ciclos políticos e econômicos são diferentes. Sempre haverá momentos em que alguns estarão mais engajados, outros menos. O que temos de fazer numa situação em que alguns não estão tão ativos quanto antes é que os outros sigam ativos e continuem impulsionando as negociações aonde for de interesse deles todos. E isso está acontecendo.

Valor: Onde é possível obter algo significativo sem a maior economia do mundo?

Azevêdo: Mas os EUA não estão fora das negociações. Eles estão sentados à mesa de negociações, apresentaram proposta inclusive recentemente sobre resíduos em alimento, junto com Uganda e Quênia. Não podemos confundir um discurso político de estratégia comercial com a realidade. E a realidade que se pode ver é que os EUA são menos ativos, não resta a menor dúvida disso, não são uma ponta de lança nas negociações, mas isso não quer dizer que estão impedindo as negociações.

Valor: A postura americana hoje não mina as negociações na OMC?

Azevêdo: Não, os EUA não estão ativamente fazendo isso. Outros países estão se engajando, tentando suprir essa carência de liderança dos EUA, que fazem falta, não tem a menor dúvida. Mas não significa que isso, neste momento, tenha paralisado as negociações na OMC.

Valor: E quanto à erosão do mecanismo de solução de conflitos, com a postura dos EUA de bloquear a nomeação de juízes?

Azevêdo: Sem dúvida isso prejudica o andamento do mecanismo de solução de controvérsias, sobretudo na fase de apelação. Os membros têm de encontrar uma solução para isso o mais rápido possível porque vai haver um impacto na velocidade de atuação do sistema [de resolução de disputas entre os países].

Valor: Os países caminham para que tipo de solução?

Azevêdo: Isso é algo que os membros é que devem responder. Há várias ideias sendo ventiladas, mas acho que não tem nada ainda maduro.

Valor: O risco de guerra comercial, maiores conflitos, aumentou?

Azevêdo: Está presente, sim. Aumentam claramente com a debilitação do mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Esse mecanismo foi criado para despolitizar e para dar um tratamento relativamente técnico a diferenças comerciais. Os países podem até não gostar muitas vezes do resultado, sobretudo os perdedores, mas a realidade é que mais de 90% das decisões são implementadas. À medida que se perde esse mecanismo, que despolitiza as disputas, a tendência a uma ação unilateral aumenta. Um país pode dizer que, como o mecanismo da OMC não está funcionando, não vai perder seu tempo lá e toma uma ação. Só que medidas unilaterais raramente se esgotam em si mesmas. Pode-se achar que a reação virá de um país, e vem de outro. Esse cenário é muito imprevisível. Pode-se desembocar numa escalada de retaliações comerciais muito rápida, e uma vez que começa é difícil de reverter. "Outros países estão tentando suprir a carência de liderança dos EUA. Mas isso não significa que tenha paralisado as negociações"

Valor: O sr. acha que a China atua hoje mais fortemente para preservar o sistema multilateral?

Azevêdo: O presidente Xi Jinping foi claríssimo, tanto em Davos como no Congresso [do Partido Comunista chinês], onde disse que o sistema multilateral é importante e fundamental para o funcionamento adequado da economia e seu crescimento, e manifestou total apoio da China ao sistema. A China tem atuado até agora de maneira muito ativa, construtiva. Acho que a China, como um grande membro participante do sistema, está tentando ajudar da melhor maneira possível.

Valor: O papel da China compensa a falta de ativismo dos EUA?

Azevêdo: Acho que a liderança no sistema multilateral tem que ser conjunta. Não é de um país A, B ou C. Temos que ter todos os países atuantes, e a China é parte dessa engrenagem, não resta a menor dúvida. A China não está defendendo os interesses do sistema. Como todos os outros membros da OMC, a China defende os seus interesses. Mas está participando, negociando, e é isso que os países têm que fazer.

Valor: Como o sr. vê o futuro da OMC a partir do que temos hoje?

Azevêdo: Um futuro muito interessante. Estamos vivendo um desses momentos importantes da história econômica mundial que são decisivos para a humanidade. Por exemplo, com a proliferação das novas tecnologias, com essas tensões todas no mercado de trabalho, substituição da mão de obra por robôs, computadores, inteligência artificial. É tudo novo, provoca rupturas no sistema produtivo e nas relações entre trabalho e capital. E a OMC tem muito a oferecer para dar coerência a isso.

Valor: Por exemplo?

Azevêdo: Evitando as tentativa de simplificar esses fenômenos culpando a globalização. Os problemas que enfrentamos hoje não são causados por maior integração dos países. O problema é a tecnologia substituindo o ser humano, e não estamos suficientemente focados nessa discussão hoje.

Valor: Em relação justamente a novos temas, o que esperar realisticamente na OMC?

Azevêdo: Primeiro, uma conversa entre os membros sobre as raízes desses fenômenos e ver como os tratamos. Alguns membros tentam falar sobre comércio eletrônico, tema muito quente na agenda mundial hoje. E a realidade é que é difícil falar sobre isso, porque comércio eletrônico é tão amplo, está tão presente nas atividades do cotidiano hoje, que está mudando completamente não apenas o comportamento humano, mas a forma como os negócios são feitos. Por exemplo, com a eliminação do importador, pela venda direta entre empresa e o consumidor. E essa conversa está difícil até de se parametrizar. Os membros da OMC estão discutindo para saber como ter essa conversa, não é nem o que conversar ainda. É decidir quem senta à mesa, quais os itens

importantes, que parte da cadeia produtiva precisa ser repensada. As pessoas dizem: vamos conversar sobre comércio eletrônico e decidir num curto período de tempo. A realidade é que não se sabe nem o que precisa ser decidido sobre comércio eletrônico. Estamos muito atrasados e, quanto mais demorarmos, mais esses novos temas vão avançar de maneira autônoma.

Valor: Ao mesmo tempo, há na OMC países que reclamam das regras atuais do comércio, consideram que impedem o desenvolvimento. Há chances de mudanças?

Azevêdo: Há vários membros [da OMC] que ainda pensam em modelos de conseguir o desenvolvimento econômico por meio de conteúdo local. Outros não estão de acordo com isso, acham que atrapalha o desenvolvimento do país. Essa discussão está muito presente entre os membros, e é uma das principais arestas sobre desenvolvimento e industrialização. Tudo depende de estratégias de crescimento econômico. No passado mais recente, temos alguns países que procuraram o desenvolvimento por meio da industrialização interna, fechada. Reserva o mercado de seu país ou da região e acha que isso provocará um incentivo para a industrialização nacional. A experiência que se tem com esse modelo é que ele raramente é sustentável. Pode até funcionar num certo período, depois vai perdendo competitividade, ficando defasado e termina malogrando. Outros países procuram uma inserção mais aberta, pulando etapas e já entram na cadeia de produção mais avançada, buscando nichos etc. Há várias graduações nesse cenário. Vamos ver qual será o desfecho dessa conversa na OMC.

Valor: Sobre o Brasil, o governo atual prometeu abrir a economia. O que fez tem sido suficiente?

Azevêdo: Tenho dito que um dos maiores problemas da economia brasileira é a falta de competitividade. Temos algumas áreas de excelência, como a área agrícola, mas a área industrial não é particularmente competitiva. Fala-se há muito tempo no Brasil de aumento de competitividade, mas, se fosse fácil, já estaria resolvido.

Valor: Realisticamente, onde se pode esperar um acordo, mesmo modesto, em Buenos Aires?

Azevêdo: Honestamente, o mais importante em Buenos Aires é ter clareza de que as negociações vão continuar. As duas últimas conferências ministeriais da OMC [em Báli, em 2013, e Nairóbi, em 2015] tiveram resultados concretos muito objetivos, algo que não se conseguia havia 18 anos. Mas não se pode realisticamente esperar que a cada dois anos a OMC conclua acordos muito importantes.

Brasil vê pouca chance de avanços na reunião

Valor Econômico - 08/12/2017

O Brasil tem pouca expectativa de avanços na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires. "É uma entressafra para preparar os próximos passos", afirmou ontem o subsecretário-geral de assuntos econômicos e financeiros do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey.

Tendo em vista o permanente impasse na Rodada Doha, lançada em 2001 e jamais concluída, o Brasil e outros países vinham apostando em um processo de discussão de vários temas da agenda multilateral até atingir consenso suficiente para eventuais "pacotes de colheita". Foi o que aconteceu nas últimas duas ministeriais da OMC, a instância máxima de decisão da entidade, que tiveram acordos de última hora sobre facilitação de comércio (Báli, em 2013) e fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas (Nairóbi, em 2015).

Desta vez, havia uma série de novos assuntos colocados à mesa: comércio eletrônico, facilitação de investimentos, papel das micro e pequenas empresas no comércio exterior. "O que estamos constatando, às vésperas da conferência, é que nenhum tema está completamente maduro."

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também avalia que Buenos Aires será para "plantar agora e colher depois". Ou seja, pavimentar o terreno para novas negociações no futuro.

Sobretudo, como destaca Fabrício Panzini, gerente de negociações internacionais da CNI, a indústria considera que a prioridade no momento é o Brasil redobrar os esforços para assumir papel de liderança para revitalizar a OMC. A defesa do multilateralismo está no topo da agenda brasileira de inserção econômica internacional, tanto em função da distribuição geográfica do comércio exterior brasileiro, quanto pelas características de seus interesses temáticos.

A defesa do mecanismo de solução de disputas também é considerado essencial. O Brasil é o quinto maior usuário dos sistema, que garante estabilidade jurídica internacional no comércio exterior.

Panzini nota que o principal interesse defensivo brasileiro em negociações comerciais é a liberalização agrícola, que exige uma negociação multilateral.

Por isso, segundo negociadores ouvidos pelo Valor, o Brasil considera que será difícil para o país apoiar um resultado isolado sobre formação de estoques de alimentos por razões de segurança alimentar, como defendem alguns países em desenvolvimento.

O máximo que se pode conseguir em Buenos Aires, concordam certos negociadores, seria o conceito de ter um limite nos subsídios agrícolas

domésticos, que continuará sendo negociado para definição na próxima conferência ministerial dentro de dois anos.

O Brasil coloca ênfase também no lançamento de "discussões estruturadas" para um Acordo de Facilitação de Investimento Direto Estrangeiro. Mas avisa que é só "facilitação", sem acesso a mercado, proteção ou mecanismo sobre disputa entre investidor e Estado.

Diante da aparente impossibilidade de entregar algum resultado, a reunião deverá se concentrar em diretrizes para o futuro das negociações. O presidente Michel Temer e seus colegas do Chile, Uruguai e Paraguai, vão se juntar ao anfitrião Mauricio Macri para "transmitir uma mensagem bastante clara" de apoio ao sistema multilateral de comércio, segundo o embaixador Cozendey. É uma forma de se contrapor ao presidente americano Donald Trump.

O subsecretário aposta ainda em um "pré-entendimento", após quase duas décadas de conversas, entre o Mercosul e a União Europeia para um acordo de livre comércio. "A expectativa é que o anúncio político da conclusão das negociações seja feito durante a reunião ministerial da OMC, embora algumas questões técnicas permaneçam pendentes."

OMC tem conferência difícil com a rejeição dos EUA ao multilateralismo

Valor Econômico - 08/12/2017

A conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorre em Buenos Aires de domingo a quarta-feira, com 3.500 delegados de 164 países, será uma das mais complicadas dos últimos tempos. O principal problema é o questionamento pelos EUA do multilateralismo como o meio mais eficiente de gerir as relações internacionais e a recusa de abertura comercial, onde o governo Trump não vê ganhos.

Desde que Donald Trump assumiu a Casa Branca, com sua política isolacionista de "America First", Washington vem lentamente minando a OMC. Os EUA têm bloqueado a nomeação de três dos sete juízes do Órgão de Apelação - a corte suprema do comércio internacional - o que na prática vai inviabilizar a solução de conflitos.

Trump fez campanha prometendo retirar os EUA de acordos comerciais globais e de outras iniciativas que, para ele, são uma violação da soberania americana. A participação dos EUA nas negociações em curso em Genebra tem sido quase nula neste ano. A esperança dos outros países é que Washington pelo menos não bloqueie o que está na mesa, e que já tem poucas chances de acordo.

Em Buenos Aires, deverá ocorrer uma forte defesa do sistema multilateral por quase todos os membros da OMC. Seis presidentes da América do Sul vão pessoalmente se juntar ao coro, no domingo. Enquanto isso, ninguém sabe

com precisão o que os EUA vão propor para a reforma que consideram necessária na OMC.

As políticas de Trump começam a danificar os vínculos tradicionais dos EUA com aliados. O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Sigmar Gabriel, disse nesta semana que o governo Trump vê a Europa como "um concorrente e algumas vezes até mesmo com um adversário econômico".

Federica Mogherini, a responsável de política externa e segurança da União Europeia (UE), disse na Ásia: "Estes são tempos de mudança e confusão. O equilíbrio global de poder está mudando, alianças estão evoluindo e mudando, o sistema de governança global multilateral está sendo frequentemente questionado. E, em momentos assim, precisamos de nossa cooperação, parceria, mais do que nunca".

Enquanto isso, a China, segunda maior economia do mundo, sinaliza disposição de ocupar o espaço deixado por Trump. Mas, como notam alguns negociadores, os chineses ainda estão distantes de assumir a liderança e precisam construir uma relação de forte confiança. Em Genebra, quando a China lidera uma iniciativa, os parceiros reclamam da falta de transparência e de não serem consultados sobre o conteúdo da proposta que Pequim apresenta em nome deles.

Negociadores concordam que é difícil prever um resultado concreto relevante em Buenos Aires. Mas a conferência tem sua dinâmica própria. "No primeiro dia, tudo é programado. A partir do segundo, só Deus sabe", diz um negociador.

Cerca de 50 propostas serão submetidas aos ministros, metade delas na área agrícola, incluindo disciplinamento de subsídios domésticos à agricultura, que hoje são dados sobretudo pelos EUA, mas também pela China e Índia.

Os negociadores tem ainda um "draft" (esboço) de decisão para banir subsídios à pesca ilegal, não declarada e não regulada, para combater a pesca excessiva. O texto descreve compromisso de continuar as negociações no ano que vem, baseadas em cinco opções com diferentes níveis de ambição.

Vários países querem que a OMC tenha um papel maior na regulação do mercado do comércio eletrônico, estimado em US\$ 25 trilhões. Pode ocorrer no futuro uma negociação plurilateral (participa quem quer).

"Essa ministerial será modesta, mas mesmo um modesto resultado já será um sucesso", diz Arancha Gonzalez, diretora do Centro Internacional do Comércio (ITC, na sigla em inglês).

Provável aliado de Merkel pede "Estados Unidos da Europa"

Valor Econômico - 08/12/2017

A Alemanha está mais perto de formar um novo governo. O Partido Social Democrata (SPD) se disse ontem disposto a negociar uma nova coalizão com a premiê democrata-cristã Angela Merkel.

O partido, que vinha governando numa "grande coalizão" com Merkel, fez campanha eleitoral rejeitando um novo governo compartilhado. Merkel tentou então se aliar com verdes e liberais, mas fracassou. Se não fechar com o SPD, o país deve voltar às urnas.

No mesmo discurso em que anunciou a disposição de formar um governo, o líder do SPD, Martin Schulz, fez uma ambiciosa proposta de aprofundar radicalmente o processo de integração europeu.

Ex-presidente do Parlamento Europeu, Schulz pediu a criação dos "Estados Unidos da Europa" até 2025. Ele defendeu um novo tratado para a União Europeia, que aprofunde a integração do bloco, como forma de conter o avanço do nacionalismo e do populismo no continente. Os países que se recusassem a assinar esse novo pacto federativo teriam de deixar a UE.

A proposta está em sintonia com os planos de reforma do presidente francês, Emmanuel Macron, mas pode criar dificuldades para Merkel com o seu partido.